

# O PFL no Governo Sarney: a reconstrução da democracia e a construção do PFL\*

(Texto em desenvolvimento. Favor não citar)

Ricardo Luiz Mendes Ribeiro

Frustração. Esta talvez seja a palavra que melhor descreve o conjunto da obra do governo José Sarney. Frustração já desde o primeiro instante. Desde 15 de março de 1985, quando o último presidente militar, João Baptista Figueiredo deveria passar a faixa presidencial para Tancredo Neves, o articulador-mor da transição negociada (Mainwaring e Share 1986, Lamounier 1989b, Power 2000) que transferiu o poder dos militares para os civis e, posteriormente, do complexo arranjo das peças políticas costuradas de maneira a compor um governo de coalizão entre forças provenientes do antigo regime e as da oposição. Ao invés de Tancredo Neves, contudo, o poder foi às mãos de José Sarney. O político habilidoso, experimentado, expoente da elite política nacional desde Getúlio Vargas, legítimo representante da escola pedessista mineira, que sempre se manteve no campo da oposição (moderada é verdade) aos governos militares e cuja figura cordata, contrastante à rispidez malufista, havia conquistado a simpatia da maioria dos brasileiros<sup>1</sup> – o suficiente para conferir alguma dose de legitimidade à sua eleição pelo Colégio Eleitoral –, saiu abruptamente de cena, levando consigo, como reparou Lamounier (1989a: 36), “o elo invisível” que unia a Aliança Democrática e a própria agenda da transição com a qual a coalizão PMDB-PFL teria de lidar. Ascendeu o político não tão habilidoso nem experiente, que emprestou apoio político aos militares até quase os últimos momentos do regime implantado em 1964, que um ano antes presidia o PDS e cuja imagem remetia à figura do típico coronel nordestino oligarca conservador. Ao invés do PMDB, o poder parecia ter se transferido ao PFL, impressão posteriormente desmentida, mas que era muito presente e justificadamente disseminada nos primeiros dias da Nova República. Inevitável foi a sensação de retrocesso, de que todo o esforço para virar a página dos anos militares rumo à democracia plena havia sido seriamente comprometida pela má fortuna. A sensação de esperança habilmente

---

\* Texto apresentado no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP.

<sup>1</sup> Pesquisa feita pelo Datafolha nas seis principais capitais do país indicava que Tancredo Neves tinha o apoio de 48% da população (FSP 19/08/84).

construída por meio de uma operação política que incensou a figura de Tancredo se esvaneceu. Ficou a frustração.

Frustração renovada com o fracasso do Plano Cruzado e dos outros planos de estabilização que o sucederam. Frustração também decorrente da constatação, pouco sedimentada na opinião pública e na sociedade, de que a reconstrução da democracia não seria suficiente para encaminhar soluções para os males sociais do país e de que a ação política na democracia nem sempre era constituída de atos edificantes aos olhos do senso comum.

Nesse ambiente transcorreu a construção do PFL, ou seja, a transformação de um grupo de dissidentes em um partido político de verdade, isto é, em uma organização composta por filiados, militantes, políticos ocupantes de cargos parlamentares e de governo, submetida a um regramento formal (da legislação eleitoral ao estatuto e outros documentos partidários), controlada por instâncias também formais (executivas e diretórios nacionais, estaduais e municipais), que apresenta candidatos em eleições, discute e vota projetos nos parlamentos, disputa espaços de poder com outras forças políticas organizadas e apresenta aos eleitores e à sociedade um conjunto de ideias e mensagens minimamente homogêneas e coerentes com as características essenciais do grupo de políticos que formam a legenda.<sup>2</sup>

Partícipe indissociável do governo Sarney, o PFL também foi atingido pelas frustrações que marcaram os cinco primeiros anos da redemocratização brasileira. Começou em 1985 como o parceiro fundamental do PMDB no retorno à democracia e como força política relativamente unificada e potencialmente renovadora e representativa do liberalismo no país. Chegou a 1989 como uma legenda dividida, desgastada pela associação com o impopular governo Sarney e marcada pela imagem de ser um partido fisiológico, clientelista, e, acima de tudo, governista e dominado por coronéis nordestino. Muito distante, portanto, da ideia de que seria a expressão moderna do liberalismo e da centro-direita nacional. Tudo isso desaguou no fragoroso insucesso da candidatura presidencial de Aurelino Chaves em 1989. Com o agravante de que o PFL não conseguiu tirar proveito do melhor momento do governo Sarney – o período

---

<sup>2</sup> Ver Dalton Wattenberg (2000), Schmitter (2001) e Levitski e Cameron (2003) para descrição e análise sobre funções e atividades exercidas pelos partidos políticos.

pós Plano Cruzado – o qual, do ponto de vista eleitoral, favoreceu principalmente o PMDB.

No meio do caminho dessa trajetória declinante do governo Sarney e do PFL, contudo, estabeleceu-se a base fundamental do atual arcabouço institucional e político do país: a Constituição de 1988, cujo resultado final foi influenciado pelos pefelistas, os quais, apesar de minoritários, tiveram participação relevante no “Centrão”, grupo que agregou e organizou os parlamentares mais conservadores da Assembleia Constituinte.

Por fim, é importante reconhecer que, apesar das dificuldades econômicas, nunca houve durante o governo Sarney ameaças relevantes à democracia. Aos trancos e de maneira algo atabalhoada, foi um período de reconstrução da democracia no país, do qual o PFL foi ator proeminente, culminando com a realização da primeira eleição presidencial direta desde 1960 e que antecedeu a maior sequência de eleições livres e competitivas da história do país.

Essas são as linhas mestras deste capítulo, no qual a narrativa analítica do PFL se desenvolverá em torno dos seguintes tópicos: a) a formação do governo Tancredo/Sarney e a entrada do PFL na administração federal; b) a adesão de Antônio Carlos Magalhães ao PFL; c) o fracasso nas urnas em 1986 e o rompimento do grupo de Marco Maciel e Jorge Bornhausen com José Sarney; d) a participação do PFL na Constituinte; e) a candidatura presidencial de Aureliano Chaves.

### ***O quebra cabeça de Tancredo e a entrada do PFL na administração federal***

Tancredo Neves abriu as portas do primeiro escalão do governo federal ao PFL, que nele se alojou ininterruptamente por 17 anos. De março de 1985 a dezembro de 2002, sob quatro diferentes presidentes - José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso –, o PFL sempre ocupou ao menos um ministério.

O presidente eleito abrigou quatro pefelistas no seu ministério: Marco Maciel (Educação), Aureliano Chaves (Minas e Energia), Olavo Setubal (Relações Exteriores) e Paulo Lustosa (Desburocratização), contemplando quatro núcleos de poder ou quatro “coalizões de decisões”, usando termo empregado por Panebianco (2005: 28), do partido que ainda estava em formação: o núcleo pernambucano ao qual também estava

associado o catarinense Jorge Bornhausen, o mineiro, o paulista/empresarial e o nordestino (compostos pelos estados da região, afora Pernambuco e Bahia).

Quando da composição do ministério de Tancredo Neves, é importante lembrar que Antônio Carlos Magalhães, escolhido para o Ministério das Comunicações, ainda estava no PDS. Embora a transferência para o PFL se apresentasse como o destino mais provável do governador baiano<sup>3</sup>, a migração tardou praticamente um ano e não era, no início de 1985, integralmente previsível.

Os ministros pefelistas compuseram parcela minoritária, mas não desprezível, do quebra cabeças político composto com cuidado por Tancredo Neves em janeiro e fevereiro de 1985, meses de grande especulação a respeito da formação do novo governo. Era a hora de materializar, sob a forma de distribuição de pastas ministeriais e de cargos de segundo escalão, os acordos costurados pelo presidente eleito com os grupos políticos que asseguraram a sua vitória no Colégio Eleitoral. Na engenharia política do processo foi necessário combinar as conveniências pessoais do presidente com critérios partidários e regionais, estes últimos ditados, em última instância, pelos governadores, os quais, é bom lembrar, eram, naquele momento, os políticos detentores dos principais cargos preenchidos pelo voto direto no país.

Governadores – ou os presidentes de Província e até mesmo os interventores do Estado Novo – sempre foram atores políticos importantes no Brasil. Mas naquele momento de euforia com a democrática e forte valorização do voto popular, a eleição direta lhes conferia especial autoridade política na interlocução com Tancredo Neves. Ele era o presidente da República eleito, é certo, mas não havia passado pelo crivo do sufrágio popular. Além disso, quase todos os governadores contribuíram diretamente para a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral. Afinal, parte do Colégio Eleitoral era composto por delegados estaduais, formalmente escolhidos pelas Assembleias Legislativas, mas, na prática indicados, pelos governadores.

Ademais, alguns governadores foram articuladores de primeira linha do processo que deu a presidência da República a Tancredo Neves, com destaque para Franco Montoro (SP), Antônio Carlos Magalhães (BA), Luiz Gonzaga Mota (CE), Roberto Magalhães (PE), Divaldo Suruagy (AL) e José Agripino Maia (RN).

---

<sup>3</sup> Ver coluna do jornalista Carlos Castelo Branco de 01/03/1985. Daqui por diante, referências à coluna do Castelo serão identificadas pela sigla CCB.

Segundo Tancredo Neves, as manifestações de apoio da maioria dos governadores nordestinos – quase todos futuros pefelistas – à apresentação de seu nome no Colégio Eleitoral foi fundamental para convencê-lo a assumir a candidatura.<sup>4</sup> Certamente, foi um afago aos governadores nordestinos. Mas a declaração não foi meramente laudatória. Sem os governadores nordestinos, o risco de ele ser derrotado pelo candidato situacionista era bastante elevado. Talvez o suficiente para demovê-lo da ideia de abdicar do governo de Minas Gerais antes de completar a metade do mandato a fim de disputar a Presidência da República. Natural, portanto, que metade das vagas ministeriais do PFL tenha sido preenchida por representantes do Nordeste e, além disso, provenientes de Estados cujos governadores puxaram a fila da dissidência dentro do PDS: Roberto Magalhães (PE) e Luiz Gonzaga Mota (CE).

O próprio Luiz Gonzaga Mota apareceu com frequência na lista de ministeriáveis de Tancredo. Ao final ele permaneceu no governo cearense. Coube ao deputado federal Paulo Lustosa representar o Ceará.

Marco Maciel, o outro pefelista nordestino no gabinete construído por Tancredo, ao contrário de Lustosa, não pode ser considerado apenas o representante de seu estado. Sua condição de ex-governador, ex-presidente da Câmara dos Deputados, senador, de ter sido um dos principais articuladores da Aliança Democrática e, principalmente, de presidente em exercício do PFL lhe conferia avantajado status político, suficiente, por exemplo, para que ele pudesse expressar em público desinteresse em fazer parte do ministério de Tancredo Neves. Até praticamente a véspera da confirmação de sua ida ao Ministério da Educação, Marco Maciel negava enfaticamente a aspiração de se tornar ministro<sup>5</sup>. Dizia que seu principal objetivo político naquele momento era organizar o PFL, tarefa que considerava incompatível com as funções de ministro de Estado. Outro destino possível para Marco Maciel na ocasião era a presidência do Senado, cargo ao qual poderia chegar em decorrência de acordo com o PMDB visando a reforçar a aliança entre os dois partidos também no âmbito congressional. Sob este arranjo, o PMDB, com Ulysses Guimarães, ficaria com a presidência da Câmara dos Deputados, e o PFL com a presidência do Senado.<sup>6</sup> Marco Maciel jogou com essas três possibilidades

---

<sup>4</sup> Jornal do Comércio (19/04/2015).

<sup>5</sup> Tenho uma missão “clara” dizia Marco Maciel, “total e absoluta dedicação” à direção do PFL. FSP (16/02/1985).

<sup>6</sup> Interessante notar que, apesar de não ter prosperado naquele momento, essa divisão do poder no Congresso entre PMDB e PFL vingou e se repetiu diversas vezes no futuro.

– presidência do PFL, presidência do Senado e ministério – enquanto foi possível. Ganhou tempo para avaliar qual dessas opções lhe seria politicamente mais proveitosa e, ao mesmo tempo, cultivou a imagem de ser um político diferenciado para quem se abriam mais de uma alternativa promissora. A resistência de Marco Maciel foi também interpretada pelo colunismo político<sup>7</sup> como tentativa de ocupar um ministério mais importante, como a Justiça.

Como a possibilidade de se tornar presidente do Senado foi perdendo densidade à medida que os senadores do PMDB resistiram à possibilidade de apoiar um pefelista, as opções de Marco Maciel se restringiram a duas. Resolveu aceitar o Ministério da Educação após ser chamado a Brasília para uma reunião com Tancredo durante o Carnaval no apartamento de José Sarney<sup>8</sup>. Marco Maciel também estava sendo pressionado por parlamentares e dirigentes do partido a aceitar a pasta da Educação<sup>9</sup>, a qual, por conta de seu orçamento e da capacidade de impulsionar programas e medidas de amplo alcance territorial, era vista pelos políticos pefelistas como propícia ao projeto de expansão e nacionalização do partido. Assim, “convocado”<sup>10</sup> por Tancredo, Marco Maciel se tornou ministro da Educação. Ocupou o cargo até fevereiro de 1986, quando o deixou para se tornar ministro-chefe da Casa Civil. A presidência do PFL e a empreitada de organizar a novíça legenda foram transferidas a Jorge Bornhausen.

Se Marco Maciel criou suspense quanto à sua ida ao ministério, a presença de Aureliano Chaves no gabinete de Tancredo nunca foi posta em dúvida. Nem pelo próprio Aureliano, nem pela imprensa, nem pela classe política em geral. Aureliano Chaves era, em vários sentidos, o principal nome do PFL naquele momento. Entre os pefelistas era o de maior visibilidade pública e também o mais popular nacionalmente, graças aos longos períodos nos quais exerceu a Presidência da República por causa dos problemas de saúde do presidente João Baptista Figueiredo. Pesquisas feitas ao final do governo Figueiredo o colocavam como candidato competitivo se a sucessão fosse definida pelo voto direto<sup>11</sup>. Ademais, secundado por José Sarney e Marco Maciel, foi a

---

<sup>7</sup> FSP (18/02/1985)

<sup>8</sup> CCB (22/02/1985).

<sup>9</sup> Saulo Queiroz, deputado federal e secretário-geral do PFL, criticou a recusa de Maciel. O PFL, segundo ele, “não pode ser prejudicado por uma opção pessoal de Maciel”. FSP (19/02/1985).

<sup>10</sup> “Houve a sugestão, o convite e a convocação. À convocação ele não poderia resistir”, foi a explicação de Jorge Bornhausen para a mudança de posição de Marco Maciel (OESP 22/02/1985).

<sup>11</sup> Segundo coluna CCB de 24/10/1989, pesquisas realizadas em 1984 atribuíam a Aureliano Chaves 47% de intenção de voto para a Presidência da República.

principal liderança da dissidência pedessista que resultou na criação da Aliança Democrática, na eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral e na fundação do PFL, do qual se tornou presidente honorário. E, é importante ressaltar, ainda era o vice-presidente da República. Tais atributos qualificavam Aureliano Chaves como o principal representante pefelista no governo em preparação de Tancredo Neves. Tanto é assim que o presidente eleito, atento e zeloso aos simbolismos do poder, fez questão de, em voz própria, anunciá-lo como o primeiro nome oficialmente escolhido para o seu ministério<sup>12</sup>. Os demais ministros somente foram confirmados por Tancredo em 12 de março durante entrevista coletiva,<sup>13</sup> 15 dias após ele ter revelado o convite a Aureliano Chaves. Minas e Energia era o ministério mais natural para abrigar Aureliano Chaves e também o mais cobiçado por ele, engenheiro de formação e com fortes vínculos com o setor de energia. Minas e Energia era também um ministério muito importante, condizente com a estatura política de Aureliano. Segundo avaliação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) a pasta comandava 83,2% dos orçamentos das estatais brasileiras à época<sup>14</sup>. Gigantes estatais estavam vinculadas ao ministério que seria controlado por Aureliano: Petrobras, Eletrobras, Vale do Rio Doce, Itaipu, CHESF, Nuclebras, entre outras.

Marco Maciel e Aureliano Chaves adentraram o ministério de Tancredo Neves na condição de membros da elite política do PFL. Olavo Setubal qualificou-se para o cargo de Ministro das Relações Exteriores por atributos mais pessoais do que partidários. Setubal era um empresário financeiro, para quem a política era mais diletantismo que profissão. Apareceu cotado para a Fazenda, antes que sua ida para o Itamaraty se configurasse como mais provável.<sup>15</sup> Setubal, contudo, não era neófito na política e nas lides partidárias. Poucos anos antes, havia ajudado Tancredo a fundar o PP (Partido Popular). Por outro lado, se não era um político de perfil tradicional e se não parecia talhado a lidar com a máquina partidária, Olavo Setubal cumpria para o PFL a importante tarefa de conectar o partido à elite econômica do país e, em segundo plano, de agregar verniz – mas também substância – ao liberalismo do partido. Afinal, além de empresário bem sucedido, aparecia como partícipe frequente do debate público de questões nacionais. Não estava talhado, contudo, para a política *hard core*, por assim

---

<sup>12</sup> FSP 26/02/1985.

<sup>13</sup> FSP 13/03/1985.

<sup>14</sup> FSP 11/03/1985.

<sup>15</sup> CCB 30/01/1985.

dizer, a partidária e eleitoral, como deixou evidente a fracassada tentativa de construir uma candidatura competitiva para o governo de São Paulo em 1986, ambição que o levou a deixar o ministério em fevereiro do mesmo ano.

Para encerrar esta seção, algumas observações adicionais a respeito da entrada do PFL na administração federal.

Em primeiro lugar, cabe notar que, se as indicações de Paulo Lustosa, Marco Maciel, Aureliano Chaves e Olavo Setubal, para o ministério de Tancredo/Sarney marcaram a entrada oficial do partido na máquina estatal federal, a proximidade com o governo federal não era exatamente novidade para os políticos que formaram o PFL. Afinal, quase todos estavam antes vinculados ao partido governista, o PDS e, conseqüentemente, já tinham algum acesso aos cargos federais. Isto é especialmente verdade para os políticos e governadores do Nordeste. Prova disso é que uma reivindicação constante nas tratativas entre os governadores nordestinos, a maioria já no PFL ou a caminho dele, e Tancredo Neves era a manutenção de determinadas pessoas em órgãos importantes. “Se esses nomes tiverem competência, espírito público, abnegação e bom desempenho, não há por que fazer modificações”, justificou o governador piauiense Hugo Napoleão, que ao lado dos demais governadores nordestinos – Luis Rocha (Maranhão), Luiz Gonzaga Motta (CE), Agripino Maia (RN), Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), João Alves (SE), Divaldo Suruagy (AL), João Durval (BA) – participou de reunião com Tancredo Neves no dia 26 de fevereiro. Na reunião, os governadores apresentaram uma lista com cerca de cinquenta nomes, sugestões para compor o segundo escalão do governo. Entre eles estavam os competentes e abnegados Nelson da Matta (presidente do BNH) e Marlos Jacó (presidente da SUDENE), ambos pernambucanos, e o paraibano Linaldo Cavalcanti (presidente do CNPQ)<sup>16</sup>. Nelson da Matta foi substituído por José Maria Aragão (indicação do governador pernambucano Roberto Magalhães), mas Jacó e Cavalcanti permaneceram nos seus postos em 1985. Os demais nomes da lista não chegaram à imprensa.

Por fim, é interessante ressaltar que o PFL, além dos quatro ministérios já citados, conseguiu escalar representantes do partido em outros importantes cargos. Ao menos dois – as presidências da Petrobras e do Banco do Brasil –, politicamente mais

---

<sup>16</sup> O Estado de S. Paulo (27/02/85)

relevantes que alguns ministérios. Hélio Beltrão, um dos signatários da ata de fundação do PFL, cujo nome foi cogitado para assumir as pastas da Desburocratização – cargo que já havia exercido durante o governo Figueiredo – ou da Indústria e Comércio na cota do PFL, foi escolhido por Tancredo para comandar a Petrobras. Já o cearense Camilo Calazans, outro nome ligado ao PFL e próximo ao governador cearense Gonzaga Mota<sup>17</sup>, foi para a presidência do Banco do Brasil. Calazans provavelmente estava na lista dos cinquenta nomes levados a Tancredo pelos governadores do Nordeste.

Naturalmente, a porção da administração federal reservada ao PFL foi menor do que destinada ao PMDB. Natural porque o presidente eleito era pemedebista, o PMDB era a maior legenda do Congresso e porque era o sucedâneo quase perfeito do MDB, partido de oposição ao regime militar que findava. Assim, no ministério de Tancredo, para os quatro pefelistas, havia 11 pemedebistas, um representante do PDS (Antônio Carlos Magalhães), outro do PTB (José Hugo Castelo Branco) e 10 não diretamente vinculados a partidos. O índice de coalescência (Rose 1984) do ministério era elevado (0,79)<sup>18</sup>, apesar de a bancada do decadente PDS ainda ser maior do que a do PFL no início de 1985, como pode ser visto na tabela abaixo. Tais tendências – recuo do PDS e expansão do PFL – foram sacramentadas pela eleição de 1986. Mesmo minoritária, a participação do PFL no ministério de Tancredo ajudou a insuflar a discussão a respeito do caráter conservador da equipe montada pelo presidente eleito, questão salientada também pela presença de Francisco Dornelles na Fazenda, nome considerado à época como pertencente ao grupo do ministro Delfim Netto, e de Antônio Carlos Magalhães no Ministério das Comunicações.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> “Ao ex-presidente do IBC, Camilo Calazans, caberá, em nome da Frente Liberal, a direção do Banco do Brasil”, noticiava a *Folha de S. Paulo* em 27/02/85.

<sup>18</sup> No cálculo, foram desconsiderados os quatro ministérios militares.

<sup>19</sup> “Ministério não expressa o compromisso com mudanças e com o vasto movimento de reivindicações que a bandeira das diretas-já resumiu”, dizia editorial da *Folha de S. Paulo* em 13/03/1985. Outro exemplo: “Richa assegura ser amplo o temor ao continuísmo”, era manchete de notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* em 01/02/1985.

**Tabela 1: Composição do Congresso**

Janeiro 1985		
	Parlamentares	%
PMDB	225	41,1
PDS	204	37,2
PFL	73	13,3
PTB	24	4,4
PDT	14	2,6
PTB	8	1,5
Total	548	100,0

Fonte: Kinzo (1990: 108).

A discussão sobre o conservadorismo do PFL será abordada em outro capítulo. Nesta seção, a intenção foi mostrar como ocorreu a entrada oficial do PFL na estrutura do governo federal, elemento importante no tratamento de outra marca comumente relacionada aos pefelistas: o governismo.

#### ***A adesão de Antônio Carlos Magalhães ao PFL***

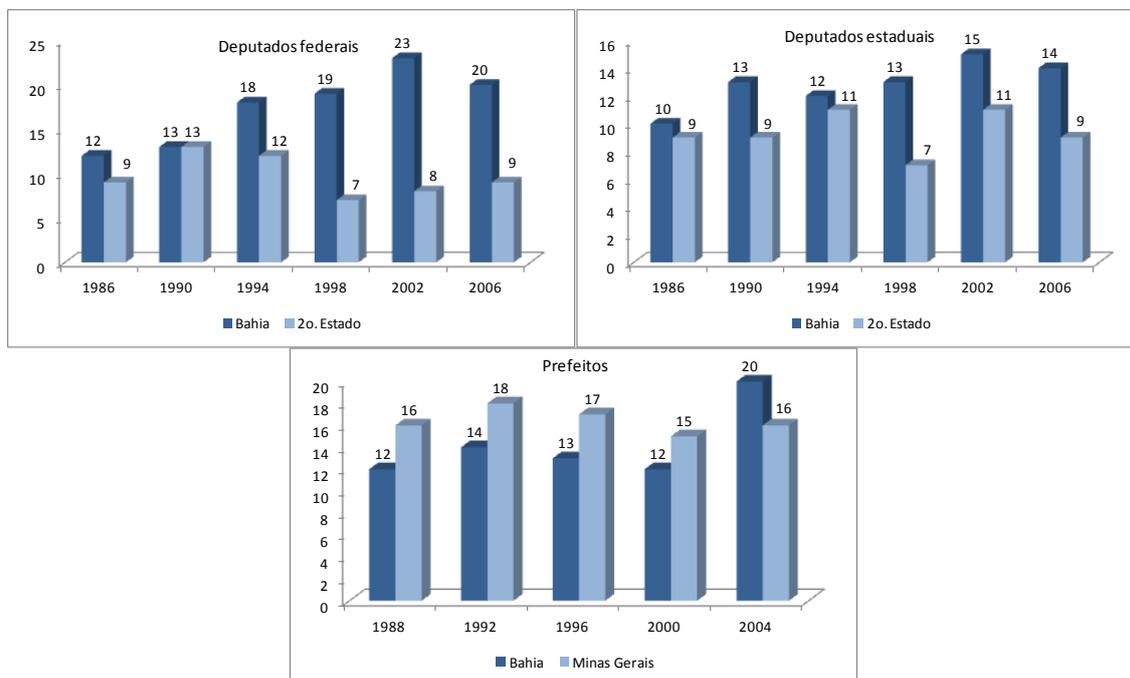
O PFL não teria sido o PFL sem Antônio Carlos Magalhães. A afirmação soa óbvia. Em certa medida, é mesmo. Os líderes partidários amoldam os partidos comandados por eles. Alguns mais outros menos. O PFL tampouco seria o mesmo sem Marco Maciel e Jorge Bornhausen. Mas o político baiano foi quem mais marcou o PFL.

Foi, em primeiro lugar, o político pefelista de maior força eleitoral. Elegeu-se governador uma vez em eleição direta (1990) e duas vezes em eleições indiretas (1970 e 1978). Também venceu duas vezes a disputa pelo Senado, representando a Bahia: em 1994 e em 2002.

Seu grupo político comandou a Bahia praticamente sem interrupção entre 1971 e 2006. Nesses trinta e cinco anos, perdeu o controle do governo baiano por apenas quatro anos, de março de 1987 a março de 1991, quando o estado foi governado pelos pemedebistas Waldir Pires (renunciou em maio de 1989 para ser candidato a vice-presidente na chapa de Ulysses Guimarães) e Nilo Coelho. Além disso, Antônio Carlos Magalhães liderou expressivo contingente de deputados federais, estaduais e prefeitos. Ou seja, ele conseguiu formar na Bahia uma rede política bastante consistente que começou a ser montada durante a ditadura militar e persistiu até 2006. Desde 1986, como mostram os gráficos abaixo, a Bahia foi responsável pelo maior número relativo e

absoluto de deputados federais e estaduais. No caso dos prefeitos, ficou na maioria das vezes em segundo lugar atrás de Minas Gerais.

**Gráfico 1: Participação da Bahia no total de deputados federais, estaduais e prefeitos eleitos pelo PFL - %**



Fonte: TSE

OBS: No caso dos deputados federais, os estados que ficaram em segundo lugar são PE (1986, 1990 e 1994), MA (2002) e MG (2006). Para os deputados estaduais, são MA (1986, 1990 e 2002), PE (1994 e 1998), SP (2006).

Dentre os grupos pefelistas, a *entourage* carlista foi a que mais tempo ocupou cargos de destaque no governo federal. De Sarney ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, somente ficou distante do governo federal durante o mandato tampão de Itamar Franco. Nesse sentido, foi o grupo pefelista modelar da conexão e interação entre o poder local, estadual e federal, um dos pontos que norteiam a abordagem analítica a respeito da evolução do PFL desenvolvida neste trabalho.<sup>20</sup> Neste caso, a base de poder estadual se sobressai. Manter o controle da política estadual favorece o acesso ao governo federal e ambos – o poder estadual e federal – sustentam o aliciamento do poder local. Como dizia Antônio Carlos Magalhães, a Bahia “é a base de quase tudo isso, da minha força política”<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Ver Borges (2010) sobre desmantelamento do carlismo nos municípios baianos após a vitória do petista Jaques Wagner em 2006.

<sup>21</sup> Dias *et al* 1995, p. 114.

A maneira expansiva e, com frequência, truculenta de fazer política, também ajudou a compor a personalidade política de ACM<sup>22</sup>, muito diferente das de Marco Maciel<sup>23</sup> e de Jorge Bornhausen, seus dois principais adversários na disputa pelo poder dentro do PFL. Ao contrário de ambos, ACM era uma liderança de fato popular em seu estado, fato comprovado não apenas pela expressiva votação obtida por ele para governador e senador, mas também pela frequente aparição em eventos de massa rodeados por populares, cenas raras no caso de Marco Maciel e, mais ainda, de Jorge Bornhausen.

Com tudo isso, previsível ser o personagem mais fortemente associado ao PFL. Em pesquisa realizada em 2004 pela empresa *MCI Estratégia* por encomenda da direção do PFL<sup>24</sup>, o político baiano, mesmo próximo do ocaso de sua carreira política, foi o pefelista mais lembrado pelos eleitores entrevistados.

O político baiano foi citado espontaneamente por 8% dos entrevistados como “liderança pefelista”. Jorge Bornhausen, Roseana Sarney e Marco Maciel também foram identificados como pefelistas, mas com percentuais bastante inferiores aos de Antônio Carlos Magalhães: 3%, 2% e 2%, respectivamente.

A pesquisa explorou também a imagem dos pefelistas apresentando os nomes mais conhecidos do partido aos entrevistados. Marco Maciel, o pefelista mais bem avaliado, foi citado favoravelmente por 27%. Antônio Carlos Magalhães apareceu em segundo lugar junto com César Maia, então prefeito do Rio de Janeiro, com 19% de menções positivas. Em compensação, o político baiano surgiu como o pefelista de pior imagem. 67% disseram ter opinião “desfavorável” em relação a ele. Marco Maciel,

---

<sup>22</sup> Antônio Carlos Magalhães gostava de dizer que ele e Juscelino Kubitschek eram os únicos políticos brasileiros identificados por siglas: ACM e JK. (Dias *et al* 1995: 46)

<sup>23</sup> “A figura de Marco Maciel não entusiasma, não é mesmo?”, indagou ACM a jornalistas (Gois *et al* 1995: 133). “Mas ele é trabalhador e eficiente”, completou o político baiano.

<sup>24</sup> No começo de 2004, o PFL encomendou à empresa *MCI Estratégia*, dirigida pelo cientista político Antônio Lavareda, um trabalho de consultoria destinado a avaliar a imagem do partido e recolher informações que auxiliasse a se recolocar no mercado político eleitoral diante de uma novidade importante na história da legenda: a ida para a oposição. A *MCI* realizou 14 entrevistas com lideranças do PFL, pesquisas quantitativa, face a face, com 2.000 pessoas, e qualitativa: 12 *focus groups* nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Uberlândia, Porto Alegre e Recife. Os *focus groups* foram compostos por homens e mulheres das classes A/B e C/D, com idades entre 18 e 24 anos e 25 a 50 anos, eleitores de diversos partidos ou que não tinham preferência partidária. Além disso, também foram realizadas entrevistas em profundidade com 10 pessoas classificadas como “formadores de opinião”, grupo composto por jornalistas e articulistas de TV, rádio e jornal, bem como sociólogos e cientistas políticos. (MCI 2004: 6)

César Maia e Jorge Bornhausen receberam 41%, 46% e 44% de menções negativas, respectivamente.

A preponderância da imagem negativa associada a Antônio Carlos Magalhães apareceu também na pesquisa qualitativa. A figura de Antônio Carlos Magalhães, segundo avaliação da *MCI* se sobrepunha à do próprio PFL e preenchia a falta de informações a respeito do partido manifestada pela maioria dos eleitores. A respeito do ex-senador baiano foram emitidas nos *focus groups* frases como essas: “elitista, coronel voltado para seus interesses, autoritário e sem escrúpulos” (São Paulo, homem, adulto, classe A/B); “é Antônio Carlos Magalhães (Toninho Malvadeza) e nada mais. É dono, é coronel, tudo gira em torno dele” (Belo Horizonte, homem, adulto, classe C/D); “o que ele não é, é nada popular. Ele (Antônio Carlos Magalhães) simboliza tudo o que não deveria ser eleito” (Recife, homem, adulto, classe C/D); “a chaga de nossa política é o Nordeste. Onde é que tem ACM e Cia? Lá ainda tem muitos coronéis” (Porto Alegre, homem, adulto, classe A/B); “ACM é o tipo viciado em política; política para ele é cachaça. Faz tudo para manter o poder, passa por cima de qualquer coisa e qualquer um” (Belo Horizonte, homem, adulto, Classe A/B); “pra mim, PFL lembra Antônio Carlos Magalhães: ultrapassado, radical, coronel; gira em torno dos seus próprios interesses e não quer nada com nada” (São Paulo, mulher, adulto, classe C/D). (MCI 2004, 71)

Apesar de estar tão fortemente associado ao PFL e de ter apoiado Tancredo Neves contra Paulo Maluf, ACM não foi um dos fundadores do PFL. Sua transferência para o PFL era previsível. Como anotou o jornalista Carlos Castelo Branco em fevereiro de 2005:

“Na Bahia, o Sr Antônio Carlos Magalhães, malgrado o chumbo grosso que tem recebido do PMDB, percebe afinal que não poderá sozinho sustentar uma legenda partidária [PDS] que perde substância nacional. Ele tem, é claro, alternativa. O PFL, embora ocupado por uma pequena fração parlamentar, está à sua disposição e, na hora em que se decidir a ocupar a legenda — decisão que não tomará independentemente do Governador João Durval — terá não só o apoio nacional, como dos próprios dissidentes que se anteciparam na ocupação da nova sigla partidária”.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> CCB 01/03/1985.

Embora parecesse o caminho natural para ACM, ele aderiu ao partido somente em janeiro de 1986, um ano após a criação do PFL. Jorge Bornhausen descreveu dessa maneira a entrada de Antônio Carlos Magalhães no partido:

“Quando eu estava na presidência do partido, o presidente José Sarney me chamou e disse ‘olha, está na hora de você levar o Antônio Carlos para o PFL’. Eu fui conversar com o Antônio Carlos e ele realmente queria entrar para o PFL, mas exigiu, pela sua força política, que ficasse com o comando do partido. Aí nos tivemos que fazer uma difícil negociação interna. Foi uma negociação difícilíssima, mas ele entrou no partido, embora sem a posição de comando que almejava”.  
(entrevista ao autor)

ACM acumulava prerrogativas políticas para tentar entrar “por cima” no PFL. Ocupava o então poderoso Ministério das Comunicações, cargo que lhe franqueava a possibilidade de distribuir fartamente concessões de rádios e televisões a aliados políticos, prática, que, segundo interpretação corrente, ajudou a constituir maioria favorável ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney<sup>26</sup>. Além disso, era o padrinho político do governador da Bahia, João Durval, que certamente o seguiria para qualquer partido por ele escolhido. Ademais, controlava um grupo expressivo de deputados federais, estaduais e prefeitos também dispostos a acompanhá-lo para outra legenda.

A pretensão de controlar o partido – ou ao menos de se ombrear aos comandantes pefelistas já estabelecidos – transparece em entrevista concedida por ACM à *Folha de S. Paulo*, quatro dias após ter assinado sua ficha de filiação ao PFL (08/01/1986). Na entrevista, ele interpreta a sua entrada no PFL como a “união de dois grupos políticos, que criam um novo partido” (FSP 12/01/1986). Tão novo que deveria ser rebatizado. “O PFL”, disse ele, já parecendo ditar o futuro do partido, “pretende, já em sua próxima convenção mudar o nome do partido (...) Quem sabe a sigla Partido Popular Liberal ou Partido Liberal Progressista, uma dessas duas, não venha a ser bem aceita pelo povo?”. (Idem) Ainda na entrevista, exercitando outra de suas características marcantes, a bazófia, estimou que sua adesão ao PFL atrairia ao partido cinquenta novos deputados, não apenas da Bahia, de modo que a bancada pefelista na Câmara dos Deputados poderia alcançar de 175 a 180 representantes.

---

<sup>26</sup> Sobre a distribuição de concessões de rádio e TV durante o governo Sarney ver Pieranti (2006).

A conta do governador baiano João Durval era mais realista. Segundo ele, 12 deputados federais, 20 estaduais e cerca de 300 prefeitos acompanhariam ele e ACM para o PFL. Não há base de dados disponível para checar a quantidade de deputados estaduais e prefeitos que migraram para o PFL no início de 1986. Em âmbito federal, 13 deputados federais e 3 senadores migraram, elevando a bancada pefelista para 116 deputados na Câmara dos Deputados e para 19 senadores no Senado.

Esse foi o saldo líquido, porque a entrada de ACM no PFL provocou a saída de alguns pefelistas baianos. Ruy Bacelar, deputado federal, e Jutahy Magalhães, senador, foram as principais baixas. Também houve resistência a ACM por parte do grupo político do deputado federal José Lourenço, que estava coordenando a organização do partido na Bahia há um ano. Lourenço, contudo, fez um acordo com ACM e com o governador João Durval. Além da indicação de quatro nomes para o secretariado estadual, recebeu a garantia de que poderia apontar um dos nomes para a candidatura a senador em 1986 pelo PFL e de que todos os deputados federais baianos que já estavam no PFL e permanecessem no partido teriam apoio da máquina estadual para tentar a reeleição.<sup>27</sup>

Concluída a negociação, Antônio Carlos Magalhães, em evento prestigiado por toda a cúpula do PFL, assinou em 08 de janeiro de 1986 a ficha de filiação ao PFL, a qual foi abonada pelo presidente de honra do partido, o ministro Aureliano Chaves. A partir de então, a história do PFL passou a ser indelevelmente marcada pelo carlismo.

### ***A vitória do PMDB em 1986 e o fim da Aliança Democrática***

“É preciso tornar o PFL viável nas urnas. Fazer do PFL uma realidade eleitoral”, disse Aureliano Chaves em discurso na solenidade de fundação do PFL realizada no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados no dia 24 de janeiro de 1985. “O PFL pode se converter em um grande partido conforme os resultados da eleição de 86”, comentou Olavo Setubal à imprensa na mesma ocasião.

As falas acima destacadas ilustram a grande importância que os dirigentes do PFL atribuíam à eleição de 1986. Seria a prova de fogo do novo partido urdido nos bastidores de Brasília no melhor modelo de partido de origem interna (Duverger 1980),

---

<sup>27</sup> Folha de S. Paulo (09/01/1986, pg 5)

um teste a respeito da viabilidade do PFL, de sua capacidade de se tornar uma realidade eleitoral ou talvez um grande partido.

**Tabela 2: Resultados gerais da eleição de 1986**

	Governos	Congresso Constituinte		Assembléias
	estaduais	Senado*	Câmara	estaduais
<b>PMDB</b>	22	38	260	448
<b>PFL</b>	1	7	118	233
<b>PDS</b>	--	2	33	80
<b>PDT</b>	--	1	24	63
<b>PT</b>	--	--	16	39
<b>PCB/PCdoB/PSB</b>	--	--	7	8
<b>PTB/PDC/PL/PSC/PMB</b>	--	1	29	67
<b>Outros</b>	--	--	0	15
<b>Total</b>	23	49	487	953

Fonte: Kinzo (1990: 60).<sup>28</sup>

Na verdade, 1986 não foi a primeira disputa eleitoral da qual o PFL participou. O primeiro contato com o voto popular ocorreu em 1985, na eleição extraordinária para a eleição direta de prefeitos de capital, instâncias minerais e municípios classificados pelo regime militar como de “segurança nacional”. E o prenúncio quanto ao futuro do PFL deixado pelas urnas em 1985 não foi auspicioso.<sup>29</sup> O desempenho do PFL ficou bem aquém do alcançado pelo PMDB. O PFL elegeu 22 prefeitos, nenhum em capitais de estado. Já o PMDB venceu em 127 localidades, entre elas, 19 capitais. Da eleição de 1985, restou ao PFL um resultado promissor: a vitória de Jânio Quadros (PTB) em São Paulo com apoio do PFL. O retorno de Jânio Quadros à prefeitura paulistana deveria ser a cabeça de ponte para a candidatura de Olavo Setubal ao governo de São Paulo em 1986. Não deu certo. No final de 1985, o então ministro das Relações Exteriores parecia credenciado a se tornar um candidato competitivo no ano seguinte. Porém, ele sequer foi candidato. Em 1986, o PFL apoiou Paulo Maluf.

<sup>28</sup> Há na tabela de Kinzo alguns erros no número de deputados federais eleitos, que foram corrigidos nesta reprodução da tabela, entre eles, a quantidade referente ao PFL. A autora atribuía 116 deputados federais ao PF. Mas, segundo números do TSE, foram 118.

<sup>29</sup> Os pefelistas eram contra a realização dessas eleições municipais em 1985. Para Roberto Magalhães, governador de Pernambuco, “agora (1985) não é hora de palanque, é hora de trabalhar”. O senador José Agripino Maia (RN) também expressou resistência à realização da eleição municipal. Segundo ele, se o prefeito de capital eleito pertencer a legenda diferente da do governador, a incompatibilidade “poderá conduzir a uma interrupção do fluxo de apoio” (FSP 27/02/1985). Os pefelistas temiam o que de fato ocorreu: o PMDB avançar nas capitais do Nordeste ocupadas por políticos próximos aos governadores do PFL.

**Tabela 3: Distribuição deputados federais eleitos pelo PFL por Estado.**

Estados	Quantidade	%
Acre	1	0,8
Amapá	3	2,5
Amazonas	3	2,5
Pará	2	1,7
Rondônia	3	2,5
Roraima	2	1,7
<b>NORTE</b>	<b>14</b>	<b>11,9</b>
Alagoas	4	3,4
Bahia	14	11,9
Ceará	6	5,1
Maranhão	8	6,8
Paraíba	4	3,4
Pernambuco	11	9,3
Piauí	5	4,2
Rio Grande do Norte	3	2,5
Sergipe	4	3,4
<b>NORDESTE</b>	<b>59</b>	<b>50,0</b>
Espírito Santo	2	1,7
Minas Gerais	10	8,5
Rio de Janeiro	7	5,9
São Paulo	6	5,1
<b>SUDESTE</b>	<b>25</b>	<b>21,2</b>
Paraná	5	4,2
Rio Grande Sul	2	1,7
Santa Catarina	3	2,5
<b>SUL</b>	<b>10</b>	<b>8,5</b>
Distrito Federal	3	2,5
Goiás	2	1,7
Mato Grosso	2	1,7
Mato Grosso do Sul	3	2,5
<b>CENTRO OESTE</b>	<b>10</b>	<b>8,5</b>
<b>BRASIL</b>	<b>118</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE.

Para o PFL, 1986 foi, em grande medida, a repetição de 1985. O desempenho do partido ficou bastante aquém do alcançado pelo PMDB. Ainda embalado pelos resquícios positivos do Plano Cruzado, o PMDB conseguiu eleger 22 governadores. Somente Sergipe escapou do vagalhão pemedebista e elegeu o pefelista Antônio Carlos

Valadares. O predomínio pemedebista se manifestou também na eleição para os Legislativos federal e estaduais, conforme mostra a Tabela 2.

A abertura da distribuição das cadeiras parlamentares conquistadas pelo PFL por estado (ver Tabela 3) evidencia uma característica que acompanhou o partido ao longo de sua história: o peso desproporcional do Nordeste, e particularmente da Bahia, na composição dos quadros eletivos do partido.

A eleição de 1986, contudo, não foi de todo negativa para o PFL. Serviu ao menos para o PFL consolidar a posição de segundo maior partido do país, posto até então ocupado pelo PDS, cujo encolhimento ainda não havia sido sancionado, por assim dizer, pelas urnas.

Mesmo assim, Marco Maciel, presidente licenciado do PFL e chefe da Casa Civil, cargo para o qual foi nomeado em fevereiro de 1986, não minimizou a derrota pefelista. “Reconheço que perdi”, disse ele em entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*.<sup>30</sup> Maciel disse que personalizava a derrota porque a ele “coube afinal, de alguma forma, a condução do processo”. O PFL perdeu a eleição majoritária (para governador e senador) também em Pernambuco, base política de Marco Maciel. Porém, a derrota mais importante, pois mais capaz de produzir danos políticos a Marco Maciel, ocorreu em São Paulo. O PFL paulista, contrariando a direção nacional do partido aliou-se a Paulo Maluf, mas Maciel trabalhou explicitamente a favor do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que disputou a eleição pelo PTB. Por conta disso, poucos dias após ter sido eleito, Orestes Quéricia, que durante a campanha acusou Maciel de boicotar a sua candidatura e o Plano Cruzado, dizia à imprensa ter certeza que o chefe da Casa Civil pediria demissão<sup>31</sup>. Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações, e Jorge Bornhausen, que havia substituído Maciel na pasta da Educação, também eram alvos de pemedebistas<sup>32</sup>. Por parte do PFL, havia igualmente animosidade contra o PMDB. Após audiência com Marco Maciel, os deputados pefelistas pernambucanos Inocêncio de Oliveira e Gilson Machado afirmaram à imprensa que o PFL decidiria até janeiro (1987) se manteria apoio ao governo Sarney ou se passaria à oposição. Para

---

<sup>30</sup> *Veja* (26/11/1986)

<sup>31</sup> *FSP* (20/11/1986)

<sup>32</sup> *FSP* (08/11/1986)

evitar a ruptura da Aliança Democrática, Sarney, segundo eles, deveria “mostrar publicamente, através de palavras e atos que precisa do partido”<sup>33</sup>.

Ao menos para Marco Maciel e Jorge Bornhausen, as palavras e os atos de José Sarney não foram suficientes para convencê-los a continuar no Ministério. Marco Maciel entregou seu pedido de demissão ao presidente Sarney em 22 de abril. Bornhausen, saiu pouco depois, em 24 de setembro.<sup>34</sup>

Alguns dias antes de pedir demissão e após uma reunião ministerial na qual Sarney solicitou apoio dos ministros para lutar contra as propostas de adoção do parlamentarismo e da fixação da duração de seu mandato em quatro anos presentes no segundo relatório do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bornhausen apresentou aos demais ministros pefelistas (Antônio Carlos Magalhães-Comunicações, Abreu Sodré-Relações Exteriores, Aureliano Chaves-Minas e Energia e João Alves-Interior) a seguinte proposta. Todos deveriam entregar seus cargos ao presidente Sarney. “Sai dali [da reunião ministerial] com uma proposta: os ministros do PFL renunciariam, abrindo caminho para a renúncia coletiva do Ministério, para libertar Sarney, deixando-o livre para nomear ministros novos, de sua absoluta confiança. Na reunião dos ministros do PFL, apenas Antônio Carlos [Magalhães] discordou, anunciando que, mesmo que todos saíssemos, ele permaneceria. Depois, outros ministros do PFL que não haviam sido claros como Antônio Carlos, também arrefeceram com relação à ideia. Avisei Marco [Maciel] e cumpri minha determinação. Sairia sozinho” (Gutemberg 2002:233)<sup>35</sup>.

Avisado por Bornhausen, Marco Maciel, que reassumira a presidência do PFL após ter deixado a Casa Civil, anunciou, no mesmo dia da demissão do senador

---

<sup>33</sup> FSP (11/12/1986)

<sup>34</sup> O desacerto entre Sarney e Marco Maciel resultante da passagem deste na Casa Civil fica patente por esta declaração de Sarney feita anos depois: “O Ulysses (Guimarães) queria tirar o Zé Hugo (José Hugo Castelo Branco), e foi um grande erro político trocar o Zé Hugo pelo Marco Maciel. Imaginei que Marco na Casa Civil me ajudaria na política, mas ele trouxe uma porção de gente e foi uma bagunça grande, além de ter provocado problemas com o PMDB. Acabei criando uma tremenda fonte de atritos” (Echeverria 2011: 347).

<sup>35</sup> É interessante notar na fala de Bornhausen o desenho da política interna pefelista. A oposição de Antônio Carlos Magalhães à iniciativa de Bornhausen e a deferência feita por este a Marco Maciel (“Avisei ao Marco”). Aliança entre Bornhausen e Maciel e o antagonismo entre eles e Antônio Carlos Magalhães foi recorrente na história do partido.

catarinense, que a “Aliança Democrática, coligação entre PMDB e PFL, não existe mais”<sup>36</sup>.

Ao estrepitoso anúncio do fim da Aliança Democrática seguiu-se um período de grande especulação a respeito da possibilidade de o PFL romper com Sarney e entregar todos os ministérios. Nos meios políticos de Brasília circulou a avaliação de que a declaração de Marco Maciel tinha como objetivo pressionar o presidente Sarney a rever a relação com o PMDB e a conceder mais espaço ao PFL no ministério<sup>37</sup>. Essa hipótese não se sustenta, levando-se em conta a movimentação do PFL, ou de parte da legenda, nesses dias. Parlamentares pefelistas, reunidos na casa do deputado federal José Jorge (PFL-PE), político muito próximo a Marco Maciel – foi secretário de Maciel no governo de Pernambuco – estavam preparando um documento com propostas ao presidente Sarney as quais, se atendidas, garantiriam, na visão desse grupo, a manutenção do apoio do partido ao governo.<sup>38</sup> O documento defendia, entre outras medidas, o enxugamento da máquina administrativa, a negociação “pragmática” da dívida externa (eufemismo para o fim da moratória da dívida), privatização de estatais e a suspensão de grandes obras (maneira elíptica para pedir a interrupção da construção da Ferrovia Norte-Sul, principal projeto de infraestrutura bancado e propagandeado pelo presidente da República).<sup>39</sup> Eram propostas, segundo Bornhausen, “sintonizadas com a sociedade”<sup>40</sup>. Nenhuma delas, contudo, era aceitável para o presidente da República, ao menos não de imediato. E é difícil acreditar que os políticos pefelistas envolvidos na formulação desse documento não tivessem a apreensão da inexecutabilidade política das propostas naquele momento. Portanto, tudo indica, apostavam mesmo na possibilidade de rompimento com Sarney. Talvez porque avaliassem que seria melhor para o partido ficar sintonizado com a sociedade do que se atrelar a um governo desgastado e cujo futuro, à época, já se vislumbrava pouco auspicioso. É bom lembrar que o PFL havia se decepcionado com o resultado da eleição de 1986 e se preparava para enfrentar a disputa municipal de 1988. Além disso, como a duração do mandato de Sarney ainda era incerta, existia a possibilidade de a eleição presidencial ser antecipada para 1988.

---

<sup>36</sup> FSP (25/09/198: A-5)

<sup>37</sup> FSP (05/10/1987)

<sup>38</sup> FSP (05/10/1987)

<sup>39</sup> As medidas econômicas presentes na proposta foram elaboradas pelos economistas Mario Henrique Simonsen e Paulo Leme, por incumbência de Jorge Bornhausen (Gutemberg 2002: 233-234).

<sup>40</sup> FSP (05/10/1987)

Neste caso, o rompimento com o governo se alinharia ao projeto de preparar a candidatura presidencial de Aureliano Chaves para o ano seguinte.

Enquanto os parlamentares pefelistas elaboravam o documento com propostas a Sarney, o presidente, envolto em sérias dificuldades – negociação da dívida externa com credores e com o FMI, as inconsistências do recém adotado plano de estabilização (Plano Bresser), queda de popularidade, ameaça do encurtamento de seu mandato por parte da Assembleia Constituinte – também se preparava para fazer um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão. Na ocasião, segundo afirmou o porta-voz da presidência, Sarney “irá surpreender a nação” com “propostas avançadas” para lidar com a reforma agrária e o pagamento da dívida externa<sup>41</sup>. No pronunciamento realizado no dia 07 de outubro, as propostas avançadas foram eclipsadas pela defesa feita pelo presidente da fixação de um mandato de cinco anos para ele. Sarney reclamou da falta de apoio por parte do PMDB e PFL, o qual, segundo ele, nunca foi suficientemente “firme” e conclamou os partidos a lhe dar “uma base de sustentação política e congressual para os “dois anos que me restam de mandato”<sup>42</sup>. Além do pronunciamento, Sarney entregou aos presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Marco Maciel, um documento (“Democracia e Desenvolvimento”) aberto (foi publicado nos jornais) no qual listou medidas, propostas e compromissos necessários “à aglutinação de forças de todas as tendências, para possibilitar a vitória e garantir a consequente transição democrática”<sup>43</sup>.

Em reação à fala do presidente Sarney e ao documento divulgado por ele, a direção do PFL convocou uma convenção nacional para os dias 7 e 8 de novembro na qual definiriam a posição do partido em relação ao governo. O ministro Antônio Carlos Magalhães, contudo, adiantando-se à convenção, avisou que ‘vamos apoiar hoje e agora o presidente Sarney, independente do presidente do partido [Marco Maciel]’<sup>44</sup>. Ao mesmo tempo, parlamentares ligados a ACM, como o deputado federal Eraldo Tinoco (PFL-BA), defendiam continuidade no apoio a Sarney. Aureliano Chaves e seu grupo político também se posicionaram contra o rompimento com o governo. Já deputados pefelistas próximos a Maciel e Bornhausen (como José Thomaz Nonô-AL, Alceni Guerra-PR, José Jorge-PE, Jaime Santana-MA, Saulo Queiroz-MS, Lúcio Alcântara-CE

---

<sup>41</sup> FSP (07/10/1987)

<sup>42</sup> FSP (08/10/1987)

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> FSP (09/10/1986). “Sou ministro de Sarney e não do PFL”, dizia ACM (OESP 11/10/1987).

e Antônio Mendes Thame-SP), que parte da imprensa passou a nomear de “ala moderna” do PFL<sup>45</sup>, pregavam a ruptura.

Em 21 de outubro, Sarney anunciou trocas em 4 ministérios. Raphael de Almeida Magalhães foi substituído por Renato Archer na Previdência Social. Este, que comandava o Ministério da Ciência e Tecnologia, o repassou a Luiz Henrique. No Ministério da Saúde, Roberto Santos deu lugar a Luiz Carlos Borges da Silveira. E na pasta de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz deu lugar a Prisco Viana. Todos os novos ministros eram ligados ao PMDB. A ala mais oposicionista do PFL atacou Sarney. “Quero dar os parabéns ao Dr. Ulysses. É ele quem manda hoje no país. É o parlamentarismo de fato”<sup>46</sup>, protestou o deputado José Lourenço (PFL-BA). “O Sarney não merece mais a confiança do partido”, disse o presidente do PFL, Marco Maciel a parlamentares pefelistas<sup>47</sup>.

A reforma ministerial ampliou as desavenças dentro do PFL. Nas discussões internas, Marco Maciel ameaçou deixar o PFL para fundar outro partido<sup>48</sup>. De acordo com o noticiário, Maciel pretendia “criar um partido moderno com estrutura sólida em São Paulo e no Rio de Janeiro, além das capitais do Sul”<sup>49</sup>. Em São Paulo, Maciel buscava integrar a esse novo partido os empresários Antônio Ermírio de Moraes e Olavo Setubal.<sup>50</sup>

Enquanto o PFL não se definia, Sarney deixou em suspenso a escolha do substituto de Bornhausen no Ministério da Educação. Dois pefelistas e ex-governadores estavam cotados: Divaldo Suruagy (AL) e Hugo Napoleão (PI). O impasse fez a cúpula do PFL transferir a decisão acerca do apoio a Sarney da Convenção Nacional, que deveria se reunir em 7 de novembro, para o Diretório Nacional, que se reuniria no dia 29 de outubro. Na antevéspera do encontro do Diretório Nacional, onze senadores do PFL se encontraram com Aureliano Chaves. Carlos Chiarelli (RS), líder do partido no Senado, José Agripino Maia (RN), Guilherme Palmeira (AL) e Jorge Bornhausen (SC) defenderam o rompimento com o governo. Hugo Napoleão (PI), Divaldo Suruagy (AL),

---

<sup>45</sup> FSP (09/10/1987)

<sup>46</sup> FSP (22/10/1987)

<sup>47</sup> Idem

<sup>48</sup> FSP (25/10/1987)

<sup>49</sup> Idem

<sup>50</sup> No dia seguinte à publicação da notícia, Marco Maciel negou ter intenção de deixar o PFL para fundar um novo partido. “Seria burrice depois de todo o trabalho que tivemos abandonar um partido tão bem estruturado e que se tornou o segundo maior do país” (FSP 26/10/1987: A-4).

João Lobo (PI), Edson Lobão (MA), Alexandre Costa (MA), Marcondes Gadelha (PB) e João Menezes (PA) se posicionaram contra migração do partido para a oposição<sup>51</sup>. No dia seguinte, Bornhausen lançou a candidatura de Aureliano Chaves à Presidência da República<sup>52</sup>, seguramente na tentativa de influenciar a decisão do ministro das Minas e Energia, que, ao contrário de Antônio Carlos Magalhães, parecia menos resolutivo quanto à posição de seguir apoiando Sarney.

Esse último esforço de Bornhausen foi, contudo, inútil. Na véspera da reunião do Diretório Nacional, treze dos vinte diretórios estaduais do partido se manifestaram a favor da continuidade da aliança com Sarney. Ao mesmo tempo, consulta realizada pelo deputado José Lourenço (BA), líder da bancada pefelista, revelou que 87 deputados do partido também eram favoráveis à manutenção do apoio a Sarney. Apenas 13 se posicionaram contra<sup>53</sup>. A decisão pró Sarney foi confirmada no Diretório Nacional. A Convenção Nacional foi cancelada.

Marco Maciel e Jorge Bornhausen foram derrotados por Antônio Carlos Magalhães e Aureliano Chaves. A dupla Maciel-Bornhausen foi novamente batida por ACM e Aureliano Chaves em 1989 quando da escolha do candidato do partido para a eleição presidencial. Concorreram Marco Maciel, Aureliano e Sandra Cavalcanti. O presidente de honra do partido (Aureliano) venceu o presidente executivo (Maciel). Tampouco foi a última vez que o PFL discutiu a hipótese de romper com um presidente da República apoiado pelo partido. E quase sempre a possibilidade de rompimento foi afastada pela maioria do partido. A única exceção ocorreu em 2002, já no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando o PFL atribuiu ao governo a culpa pelo desmantelamento da pré-candidatura de Roseana Sarney.

### ***O PFL no centro do “Centrão”***

O PMDB foi o partido protagonista da Constituinte de 87-88. Os principais atores do processo constituinte foram pemedebistas: Ulysses Guimarães (presidente da Assembleia Nacional Constituinte), Mário Covas (líder do PMDB na Constituinte), Bernardo Cabral (relator da Comissão de Sistematização), Fernando Henrique Cardoso (relator do regimento da Constituinte), Nelson Jobim (relator-adjunto da Comissão de

---

<sup>51</sup> FSP (27/10/1987)

<sup>52</sup> FSP (28/10/1987)

<sup>53</sup> FSP (29/10/1987: A-6)

Sistematização e líder do PMDB na Constituinte, em substituição a Mário Covas). Além disso, o PMDB era amplamente majoritário. Ocupava 54,4% das cadeiras da Assembleia Constituinte, o que concedia ao PMDB, potencialmente, capacidade de redefinir autonomamente o arcabouço legal fundamental do país. Porém, o PMDB não era um partido homogêneo (Kinzo 1988). Nunca foi, aliás. Afinal, nasceu, compulsoriamente, como uma frente de distintos grupos de oposição ao governo militar. E mesmo após o fim do bipartidarismo e da passagem do poder a um presidente civil, a característica frentista do PMDB continuou predominante. “O meu PMDB não é o de Arraes”, disse Tancredo Neves em 1979 pouco tempo antes de liderar a criação do PP (Partido Popular). Em 1987, Mário Covas poderia dizer o mesmo acerca de Roberto Cardoso Alves, ou vice-versa.<sup>54</sup>

A fragmentação do PMDB permitiu ao PFL ampliar sua influência sobre os rumos e as decisões da Constituinte. Comparado ao PMDB, o PFL era mais homogêneo e disciplinado (Mainwaring e Pérez-Liñán 1998), atributo que deu chance aos pefelistas atuarem como força pivotal em alguns momentos da Constituinte. Em geral, no entanto, o PFL foi inequivocamente uma força secundária na Constituinte.

O momento de maior proeminência do PFL durante a elaboração da nova Constituição ocorreu no curto período durante o qual o Centrão se organizou e conseguiu liderar algumas votações cruciais.

O Centrão começou a se agrupar em outubro de 1987. Foi fugaz. No segundo trimestre de 1988 já havia perdido vitalidade e começou a se esgarçar<sup>55</sup>. Porém, foi marcante enquanto durou. Recebeu bastante atenção da grande imprensa, que estava acompanhando com muita atenção a Constituinte. Exacerbou fissuras no PMDB que posteriormente se revelaram irreparáveis, pois se transformaram, poucos meses depois, em uma cisão, da qual resultou o PSDB. E, por fim, participou de maneira relevante, primeiro, da mudança do regimento do processo constituinte que concedeu ao plenário da Assembleia condições mais propícias para a alteração do projeto base que sairia da Comissão de Sistematização; e, segundo, contribuiu de maneira decisiva para

---

<sup>54</sup> Covas nunca reproduziu as palavras de Tancredo em referência a Roberto Cardoso Alves, mas o jornalista Carlos Castelo Branco, ao comentar a criação do PSDB, o fez: “o partido de Covas não podia ser o mesmo de Robertão” escreveu o colunista, emulando a declaração de Tancredo a respeito de Arraes (CCB 22/12/1988).

<sup>55</sup> CCB (08/05/1988).

modificações de alguns pontos importantes, tais como a duração do mandato do presidente Sarney, a amplitude da proteção legal à propriedade privada e a estabilidade do emprego. Talvez, o presidencialismo, a vedação à desapropriação de propriedades produtivas e a possibilidade de demissão sem justa causa pudessem ter prevalecido mesmo se o Centrão não tivesse se organizado. Mas o Centrão, no mínimo, ajudou a aglutinar o apoio necessário à aprovação desses pontos.

“Fazendeiros da UDR<sup>56</sup> e os empresários da UBE<sup>57</sup> acertam o passo em torno de uma ideia central: a direita unida jamais será vencida”, esse era o subtítulo da matéria principal da revista *Veja* em 11 de novembro de 1987. A manchete principal anunciava uma “Reação Conservadora” em curso na Constituinte. O artífice do contra ataque conservador seria justamente o Centrão, bloco que, segundo a matéria, reuniria cerca de 300 parlamentares, ou seja, a maioria da Assembleia Constituinte. O texto trazia ainda a informação de que o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), presidente da Associação Comercial de São Paulo, anunciava que o empresariado nacional teria “uma bolada de 35 milhões de dólares para tornar mais efetiva a defesa dos seus pontos de vista”. A matéria destacava também a atuação do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, o “Lula da direita”, segundo a avaliação de um simpatizante do líder ruralista, e a movimentação dos empresários, que teriam começado a contratar mais “assessores para fazer lobby na Constituinte”. Ainda segundo a reportagem, assessores do Palácio do Planalto estavam auxiliando o trabalho dos parlamentares vinculados ao Centrão e eminentes empresários nacionais – Mário Amato (FIESP), Sebastião Camargo (Camargo Corrêa), Augusto Trajano de Azevedo Antunes (Caemi), Ivan Botelho (Cataguazes-Leopoldina), Max Feffer (Suzano) e Murillo Mendes (Mendes Júnior) – teriam se reunido com o presidente José Sarney para expressar preocupação com os rumos da constituinte.

A reação, alimentada pelo empresariado, era contra a inclusão de dispositivos considerados populistas e de esquerda no texto base da Carta Magna aprovado na Comissão de Sistematização. E a primeira ação efetiva atribuída ao Centrão foi justamente a aprovação de uma mudança no regimento da Constituinte. Originalmente, o regimento previa que os artigos aprovados na Comissão de Constituição somente poderiam ser derrubados em Plenário se a alteração mobilizasse o voto de pelo menos

---

<sup>56</sup> União Democrática Ruralista.

<sup>57</sup> União Brasileira de Empresários.

280 parlamentares, a maioria absoluta dos constituintes. O substitutivo, de autoria do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, invertia o ônus da ação do plenário para a confirmação do texto produzido pela Comissão de Sistematização. Duzentos e oitenta votos seriam necessários para referendar o texto e não para emendá-lo. Ou seja, se não fosse apoiado pela maioria absoluta da Constituinte, os artigos destacados do texto da Comissão de Sistematização seriam derrubados. Tal ação, atrelado ao fato de que o Centrão não conseguiu consistentemente agrupar a maioria dos constituintes, convenceu Gomes (2006: 206-209) a tratá-lo como uma “coalizão de veto”. De fato, quando votou unido, o Centrão logrou impedir que algumas decisões cruciais aprovadas no âmbito da Comissão de Sistematização fossem acolhidas no corpo final da Constituição, como já foi mencionado acima. Freitas, Moura e Medeiros (2009), por sua vez, não atribuem relevância à mobilização empresarial para explicar o surgimento do Centrão. Tampouco consideram que a rebelião contra a regra de emendamento do texto constituinte em plenário foi o único elemento decisivo para a formação do bloco. Além da questão procedimental, contribuiu um item substantivo: a defesa dos cinco anos para Sarney.

De todo modo, os autores concordam que o Centrão emergiu de fato, para além da retórica, com a mudança do regimento da Constituinte. O substantivo que facilitou alterar o texto produzido pela Comissão de Sistematização foi aprovado por 290 votos, assim distribuídos: PMDB: 126; PFL:105; PDS, 32; PTB: 15; PL: 5; PDC: 4; PDT: 3. Munhoz (2011) considera pertencentes ao Centrão os parlamentares que votaram a favor da mudança do regimento. Como o Centrão não chegou a ser formalizado, não é possível determinar com precisão qual foi o tamanho do bloco. Lamounier (1989: 74) contabiliza 304 parlamentares no Centrão, sem contudo deixar claro qual critério ou fonte empregou para chegar a esse número. Já Kinzo (1990), utilizando como base levantamento feito pelo DIAP (1988), considera que o Centrão foi constituído por 152 parlamentares. Ambos apresentam a abertura do Centrão por partido, informação apresentada na tabela abaixo. Gomes (2006) considera que o Centrão foi composto por 152 parlamentares, mas não apresenta a distribuição partidária do bloco. Freitas, Moura e Medeiros (2009) utilizam uma técnica estatística de agregação de votos para chegar ao número de 151 constituintes no Centrão. Mas tampouco explicitam a abertura desse agregado por legendas.

A participação numérica de pefelistas no Centrão depende do número total de parlamentares considerados como pertencentes ao bloco, como indica o quadro abaixo. Percebe-se que, independentemente da fonte, a participação do PFL no Centrão é relevante. Na contagem usada por Kinzo (1990), que é semelhante à de Gomes (2006) e à de Freitas, Moura e Medeiros (2009) e parece refletir mais adequadamente a dimensão efetiva do Centrão, os pefelistas predominam. Ademais, na comparação entre Lamounier, Munhoz e Kinzo, a dimensão da bancada de pemedebistas no Centrão é a que apresenta maior variância, comparada à do PFL. Na média dos três autores, 74% dos parlamentares pefelistas participaram do Centrão. E quem foram os 25% de pefelistas que não aderiram ao Centrão?

**Tabela 4: Composição do Centrão**

	Lamounier			Munhoz			Kinzo*		
	Parlamentares	Participação - %		Parlamentares	Participação - %		Parlamentares	Participação - %	
		Centrão	Bancada partido		Centrão	Bancada partido		Centrão	Bancada partido
PMDB	128	42,1	42,2	126	43,4	41,6	43	28,3	14,2
PFL	115	37,8	85,2	105	36,2	77,8	80	52,6	59,3
PDS	31	10,2	81,6	32	11,0	84,2	19	12,5	50,0
PTB	n.d.	n.d.	n.d.	15	5,2	83,3	6	3,9	33,3
PL	n.d.	n.d.	n.d.	5	1,7	71,4	1	0,7	14,3
PDC	n.d.	n.d.	n.d.	4	1,4	66,7	3	2,0	50,0
PDT	5	1,6	19,2	3	1,0	11,5	0	0,0	0,0
PTB/PL/PDC/PSC**	25	8,2	78,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total	304	100,0	--	290	100,0	--	152	100,0	--

Fontes: Lamounier (1989: 74), Munhoz (2011:369) Kinzo (1990: 134)

Para definir quais pefelistas estiveram mais distantes do Centrão, o ideal seria considerar a contagem mais rigorosa quanto a este fim, ou seja, a que atribui maior participação do bloco no total da bancada pefelista. Seria a provida por Lamounier. Porém, como ele não define claramente a fonte de seus números, será adotado o critério de Munhoz, a qual leva em conta a votação da mudança do regimento. Assim, os 29 pefelistas<sup>58</sup> que se abstiveram, se ausentaram ou votaram contra a alteração do regimento da Constituinte serão considerados não pertencentes ao Centrão. Os nomes de maior destaque dessa lista são Marco Maciel, Joaquim Francisco e José Jorge (contra); Guilherme Palmeira, José Agripino Maia e Jorge Bornhausen (ausentes); e Affonso Arinos (abstenção). Entre os que não votaram a mudança de regimento e que, portanto, de acordo com o critério aqui adotado, não faziam parte do Centrão, 16 votaram contra o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney (13 votaram a favor). Apenas 6 pefelistas que se posicionaram a favor da mudança do regimento

<sup>58</sup> Hugo Napoleão (PI) não está sendo considerado pois esteve ausente da Constituinte a maior parte do tempo porque era ministro da Educação.

votaram contra o mandato de cinco anos. Isto é, do total de 22 pefelistas (16% da bancada) que votaram contra os cinco anos, somente 6 (27%) pertenciam ao Centrão. A flagrante condição minoritária dos parlamentares pefelistas contrários ao governo já havia ficado patente quando da discussão interna a respeito do rompimento com Sarney, assunto explorado na seção anterior, e foi novamente confirmada quando da definição da duração do mandato do presidente.

Por outro lado, considerando duas questões de conteúdo programático (estabilidade de emprego e monopólio da distribuição de petróleo)<sup>59</sup>, houve menos divergência entre os pefelistas que não faziam parte do Centrão e os que se agregaram ao bloco. Dos 29 que não votaram na alteração do regimento, apenas 5 (17%) se posicionaram a favor da estabilidade, quando a questão foi apreciada no primeiro turno<sup>60</sup>. Quanto ao monopólio da distribuição do petróleo, o resultado foi o mesmo: 5 dos pefelistas não pertencentes ao Centrão votaram a favor. No total, 9 pefelistas (6,6% do total da bancada) votaram a favor da estabilidade no primeiro turno e 11 no segundo turno. E 10 pefelistas apoiaram o monopólio distribuição de petróleo (7,4% do total da bancada). Esses números indicam que a questão fundamental divisória entre os pefelistas pertencentes e não pertencentes ao Centrão era o apoio ao governo Sarney<sup>61</sup>.

Outra evidência de que a postura em relação ao governo Sarney era o que distinguia mais fortemente os dois grupos de pefelistas, pertencentes e não pertencentes ao Centrão, aparece na tabela abaixo extraída de Kinzo (1990). A autora agregou um conjunto de votações representativas de cinco categorias (ou escalas, segundo a denominação usada por ela): governismo, conservadorismo, democratismo, nacionalismo e oposição ao sistema financeiro<sup>62</sup>. Levando em conta os valores medianos, a maior diferença entre o PFL e o Centrão ocorre no grupo governismo.

---

<sup>59</sup> Essas duas questões foram escolhidas como parâmetro porque simbolizaram com mais clareza posicionamentos de esquerda (estabilidade) e nacionalistas (monopólio distribuição de petróleo).

<sup>60</sup> No segundo turno, 6 pefelistas “não Centrão” votaram a favor da estabilidade.

<sup>61</sup> Essa constatação reforça entendimento de Freitas, Moura e Medeiros (2009), segundo o qual um elemento central na formação do Centrão foi a defesa dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, mais do que qualquer razão programática.

<sup>62</sup> Ver Kinzo (1990: 128-132) para explicações acerca das votações consideradas para cada categoria bem como para as notas atribuídas pela autora.

**Tabela 5: Escalas temáticas das votações na Assembleia Constituinte**

	Governismo		Conservadorismo		Democratismo		Nacionalismo		Oposição sistema financeiro	
	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana	Média	Mediana
Centrão (148)	8,6	10,0	7,9	8,0	4,0	3,8	1,7	0,0	1,7	1,1
PFL (121)	7,9	8,0	7,2	7,7	4,8	5,0	2,1	0,0	1,4	0,0
PDS	6,8	8,0	6,8	7,5	5,2	5,8	1,9	0,8	1,9	1,0
PMDB-2 (233)	5,4	6,0	3,6	2,8	6,9	7,5	6,1	6,7	4,2	4,0
PMDB (300)	4,5	4,0	3,1	2,2	7,4	8,0	6,5	6,7	4,8	4,0
PSDB	0,4	0,0	1,4	1,0	8,9	8,3	7,7	8,3	6,4	8,0
PT (16)	0,0	0,0	0,5	0,5	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0
Todos os partidos	5,2	6,0	4,1	3,3	6,9	7,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Diferença Centrão - PFL	0,7	2,0	0,7	0,3	-0,8	-1,2	-0,4	0,0	0,3	1,1

Obs: PMDB-2 é o PMDB após a criação do PSDB.

Fonte: Kinzo (1990: 118-119).

A tabela também mostra que Centrão estava mais à direita que o PFL, com exceção da categoria “oposição ao sistema financeiro”. De acordo com a mensuração feita por Kinzo (1990), o PFL foi o partido que mais defendeu os interesses do sistema financeiro na Constituinte.<sup>63</sup>

Uma observação para finalizar esta seção. Marco Maciel e Jorge Bornhausen, respectivamente presidente e vice-presidente do PFL, foram lideranças pouco expressivas na Constituinte. Como já foi aqui registrado, parlamentares pemedebistas desempenharam as funções mais importantes do processo constituinte. Porém, Maciel e Bornhausen não tiveram papel central nem mesmo junto à bancada pefelista. Eram minoritários quanto à questão da duração do mandato do presidente Sarney e não se juntaram ao Centrão, embora tenham acompanhado a posição dos parlamentares pertencentes ao bloco na maioria das votações relacionadas a questões de cunho mais programático. As principais lideranças pefelistas no Centrão foram Ricardo Fiuza (PE), que, apesar de pernambucano não pertencia ao grupo de influência direta de Marco Maciel<sup>64</sup>, e Luís Eduardo Magalhães<sup>65</sup>, quem, naturalmente, estava alinhado ao grupo

<sup>63</sup> Durante a Constituinte, Paulo Konder Bornhausen, irmão de Jorge Bornhausen, foi presidente da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos). É uma informação anedótica, mas é útil para indicar a proximidade entre o partido e o sistema financeiro.

<sup>64</sup> Fiuza não fez parte dos secretariados de Maciel, Roberto Magalhães, Joaquim Francisco e Gustavo Krause, seja no governo do Estado ou na prefeitura de Recife. Esta é uma evidência de que não fazia parte do grupo de políticos mais próximo a Marco Maciel.

<sup>65</sup> A revista *Veja* (02/12/1987) descreveu Luís Eduardo Magalhães dessa maneira ao destacar sua condição de um dos principais líderes do Centrão: “Uma surpresa na sua estreia como parlamentar, o deputado baiano de 32 anos, filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, tem se destacado como um negociador duro na defesa de suas ideias. Sabe promover entendimentos entre grupos em litígio e, nessa situação, circula com desenvoltura no seu partido, o PFL e no Centrão”. Graças a essas características, o deputado baiano foi quem mais conseguiu aproximar o grupo de

político liderado por seu pai, o então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Marco Maciel e Bornhausen foram novamente derrotados no PFL quando da escolha do candidato do partido para concorrer à Presidência da República em 1989, assunto da próxima seção.

### ***Aureliano: 0,83%***

Jorge Bornhausen descreveu dessa maneira a escolha de Aureliano Chaves como candidato presidencial do PFL em 1989: “no PFL, quando Aureliano [Chaves] decidiu sair candidato, influenciado pelo líder do partido na Câmara, José Lourenço, partimos para uma decisão através de prévias e apresentamos o Marco [Maciel]. O resultado nos foi desfavorável, mas ficou patente que houve fraudes grosseiras em muitos diretórios. Aureliano acabou oficializado como candidato em convenção nacional” (Gutemberg 2002: 235). Assim, em um processo qualificado como fraudulento pelo ex-senador catarinense, o partido escolheu alguém que, ainda de acordo com Bornhausen, “havia granjeado enorme popularidade por desafiar [presidente João Baptista] Figueiredo e a linha dura do governo militar, mas diluíra seu prestígio como ministro das Minas e Energia e já não liderava nada nem ninguém, muito menos o seu partido, o PFL” (Idem: 237).

Poucos dias antes das prévias, Bornhausen criticou Aureliano Chaves em coluna publicada na *Folha de S. Paulo* centrando fogo nas ideias estatistas do político mineiro: “O ex-vice presidente perdeu o discurso para o presente e para o futuro. (...) A linguagem adotada pelo próprio candidato está longe do liberalismo que o Brasil precisa. E sua posição em relação às estatais está distante da modernidade desejada por todos os que, dentro do PFL ou fora dele, já perceberam que insistir em jogar as atividades econômicas nas mãos do Estado só pode conduzir, como de fato tem conduzido, à ineficiência, ao desperdício de recursos, à inibição da livre iniciativa dos cidadãos e ao crescimento desmedido do aparelho estatal”<sup>66</sup>.

Palavras duras a respeito do presidente de honra do PFL que, dois anos antes, era descrito sem rodeios pelo colunista Carlos Castelo Branco como sendo a “figura

---

Maciel/Bornhausen do de ACM no PFL, principalmente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

<sup>66</sup> FSP (19/05/1989).

dominante do PFL”<sup>67</sup>. Palavras que mostram o esgarçamento da relação do grupo que, liderado pelo então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, se juntou em 1984 para formar a Frente Liberal. A cisão entre o grupo político de Marco Maciel/Jorge Bornhausen e o de Aureliano Chaves começou a ser construída em outubro e novembro de 1987 quando os senadores pernambucano e catarinense tentaram convencer o partido e o então ministro das Minas e Energia a romper com o governo Sarney. Acentuou-se posteriormente durante os momentos finais da Constituinte, quando da fixação da duração do mandato do presidente Sarney em cinco anos. Nesses dois momentos, Maciel e Bornhausen foram derrotados pela aliança entre Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães.

Essas derrotas mostram a situação paradoxal vivida por Marco Maciel no partido. Apesar de presidente do PFL, seu grupo político havia se tornado minoritário na legenda, condição registrada com certa ironia pelo jornalista Carlos Castelo Branco quando escreveu que o senador Marco Maciel, presidente da agremiação, comandava uma “dissidência do PFL”<sup>68</sup>, na qual se destacavam Jorge Bornhausen (senador-SC), Carlos Chiarelli (senador-RS), Alceni Guerra (deputados federal-PR), José Agripino Maia (senador-RN) e Guilherme Palmeira (prefeito de Alagoas). Eram os chamados “modernos” do PFL.

A distorção foi corrigida na segunda Convenção Nacional<sup>69</sup> do PFL realizada em 09 de abril de 1989. Ciente de que não representava mais a maioria do partido, Marco Maciel deixou a presidência do PFL. Hugo Napoleão assumiu o comando da legenda. Apesar de ser um nome aceitável para a ala “moderna” do PFL, Napoleão estava mais alinhado aos ditos “governistas”, no qual se incluíam Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães<sup>70</sup>. A composição da nova Executiva Nacional do PFL ratificou a troca de guarda nos postos de comando do partido. A rigor, nenhum dos novos 12 membros

---

<sup>67</sup> CCB (02/04/1987).

<sup>68</sup> “A dissidência do PFL comandada por seu presidente, o senador Marco Maciel, cedeu taticamente à seção mineira, concordando no lançamento pela Executiva Nacional da candidatura de Aureliano Chaves a presidente da República” (CCB 15/02/1989).

<sup>69</sup> A primeira convenção ocorreu em janeiro de 1985, quando da fundação do PFL.

<sup>70</sup> Aureliano Chaves ficava profundamente irritado em ser qualificado como “governista”. Já escolhido candidato presidencial pelo PFL, desabafou ao jornalista Carlos Castelo Branco: “Que é ser governista?. Eu, por exemplo, fui contrário ao Plano Cruzado, incensado pelos bajuladores da época. Os que ontem bajularam são hoje os críticos mais acerbos do presidente Sarney. Respeito os que fazem honestamente oposição, mas tenho sempre em mente que os críticos de hoje foram os incensadores de ontem” (CCB 26/05/1989).

da Executiva fazia parte do grupo Maciel/Bornhausen. Os mais próximos eram Divaldo Suruagy (2º. Vice Presidente) e Francisco Dornelles (3ª. Vogal). E o segundo cargo mais importante do principal órgão diretivo do partido, a Secretaria Geral, ficou com o deputado Eraldo Tinoco (BA), notório carlista.

A nova composição da Executiva Nacional pressagiava a derrota de Marco Maciel nas prévias que seriam realizadas em 21 de maio de 1989. De fato, mais uma vez aliado a Antônio Carlos Magalhães, Aureliano Chaves, segundo a derradeira parcial divulgada pela imprensa<sup>71</sup>, recebeu 100.878 votos (60,9%), contra 56.395 (34,1%) de Marco Maciel, e 8.310 (5,0%) de Sandra Cavalcanti, deputada federal fluminense que se candidatou com o propósito único de defender o parlamentarismo. Cerca de 20% dos filiados ao PFL compareceram às prévias, a primeira e única da história do partido e, de resto, evento raro na história partidária do país. A desconfiança de simpatizantes de Marco Maciel a respeito da lisura da consulta partidária, ecoada na declaração de Bornhausen reproduzida no início desta seção, não produziu efeitos práticos. O resultado não foi oficialmente contestado. A candidatura presidencial de Aureliano Chaves foi confirmada algumas semanas depois pela Convenção Nacional do PFL.

Enquanto o PFL se digladiava na disputa interna, Fernando Collor de Mello se confirmava como o fenômeno eleitoral do ano. De acordo com o Datafolha, entre meados de abril e início de junho, o ex-governador alagoano subiu de 17% para 42% na corrida presidencial. Aureliano Chaves oscilou de 4% para 2%. Os 40 pontos que distanciavam o candidato pefelista de Collor de Mello referendaram a percepção já arraigada no PFL, mesmo entre os que apoiaram Aureliano Chaves nas prévias, de que o ex-vice-presidente não era eleitoralmente competitivo. Alternativas a Aureliano foram cogitadas: Jânio Quadros, Antônio Ermírio e, a mais exótica de todas, Sílvio Santos. A operação Sílvio Santos, comparada a uma opção pela “terra arrasada” por Carlos Castelo Branco<sup>72</sup>, apareceu como a última e desesperada tentativa de mudar os rumos da disputa presidencial menos de um mês antes do primeiro turno, que ocorreria em 15 de novembro. Foi conduzida pelo presidente do PFL, Hugo Napoleão, aparentemente com apoio do Palácio do Planalto. Para ser bem sucedida, dependia, em primeiro lugar, da renúncia de Aureliano Chaves à condição de candidato. Este, porém, que até vinha emitindo sinais de que poderia desistir, sentiu-se traído pela cúpula do PFL, e resolveu

---

<sup>71</sup> OESP 23/05/1989.

<sup>72</sup> CCB 22/10/1989.

permanecer na disputa, de acordo com ele, com a intenção de “dar dignidade e compostura a este país. Sem isso de nada valem os votos. Não quero que se lembrem de mim senão como uma pessoa que foi capaz de vencer dificuldades para deixar um exemplo de decência, como alguém de que os brasileiros não se envergonhem. E muito menos os que votarem em mim”<sup>73</sup>.

Pois bem, 600.838 brasileiros votaram em Aureliano Chaves (0,83% dos votos válidos), o único candidato presidencial da história do PFL. Derrotado e magoado com o PFL, Aureliano Chaves abandonou a política. Como ocorreu com a maior parte dos políticos de centro e direita, parcela majoritária do PFL aderiu à candidatura Collor de Mello ainda no primeiro turno. Antônio Carlos Magalhães estava nesse grupo. Jorge Bornhausen apoiou o candidato do PL (Partido Liberal), Guilherme Afif Domingos. Marco Maciel cumpriu a promessa de que, se fosse derrotado nas prévias, trabalharia a favor de Aureliano Chaves até o final<sup>74</sup>. No segundo turno, todos “colloriram”, como se dizia à época.

### ***Considerações finais***

Em 24 de janeiro de 1985, a *Folha de S. Paulo*, em editorial saudava a fundação do PFL. “Não deixa de ser promissora”, escreveram os editorialistas do jornal, “a possibilidade de (o novo partido) disputar uma parcela específica do eleitorado, sensível à pregação antiestatista, à defesa da livre iniciativa e da desburocratização, assim como a outras teses do conservadorismo moderno.” Se fosse cumprida essa promissora expectativa a respeito do PFL, este, previu o jornal, contribuiria para dar mais nitidez ao sistema partidário brasileiro, visto que a nova legenda seria, ao menos potencialmente, exemplo para que partidos “socialmente mais representativos e mais definidos politicamente” surgissem no país no bojo redemocratização e de uma reforma política que concedesse mais liberdade de ação aos partidos políticos brasileiros.<sup>75</sup>

Pouco mais de cinco anos depois, em 24 de maio de 1989, três dias após as prévias presidenciais vencidas por Aureliano Chaves, a mesma *Folha de S. Paulo* anunciava no título de um editorial que o PFL estava “em frangalhos”. O promissor partido capaz de representar o conservadorismo moderno no Brasil, havia, no entender

---

<sup>73</sup> CCB 24/10/1989.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> FSP 24/01/1985.

da *Folha*, se transformado em uma agremiação que apenas se pretende “programática e moderna representante do ideário liberal no país” e que está sendo consumida por uma crise “ética e política” marcada pelas acusações de fraudes e traições com as quais pefelistas se atacavam. A situação de terra arrasada, de acordo com os editorialistas do jornal, não se restringia ao PFL. Ao contrário. O PFL era apenas outro exemplo do “estilhaçamento dos grandes partidos brasileiros”, os quais demonstram “o seu descompasso – com o seu apego a manobras escusas, personalismos descabidos e ambições pessoais – em relação a uma sociedade que se moderniza rapidamente”<sup>76</sup>.

De fato, o termo “frangalhos” poderia ser também aplicado ao PMDB que, ao final do governo Sarney, estava tão cindido quanto o PFL. Na verdade, mais ainda, considerando a perda do conjunto expressivo de quadros que romperam com o PMDB para formar o PSDB.

No final da quadra Sarney, pesou sobre PMDB e PFL o fardo da conexão com um governo impopular e politicamente frágil, o qual sucumbiu às dificuldades de administrar um país constantemente à beira da hiperinflação, agitado pela abertura das comportas de demandas sociais represadas pelo regime militar e às voltas com a complexa tarefa de redesenhar todo o seu arcabouço jurídico-institucional por intermédio de um processo constituinte.

Essas tarefas e desafios foram excessivos para o governo Sarney e também para PMDB e PFL, os artífices da Aliança Democrática, a coalizão responsável pela transição do poder militar ao civil. A eleição presidencial de 1989 forneceu a expressão mais eloquente do desgaste de PMDB e PFL. Ulysses Guimarães, o líder histórico da oposição aos governos militares, o “senhor diretas”, o todo poderoso presidente da Assembleia Constituinte, conseguiu apenas 4,4% dos votos válidos depositados nas urnas em 15 de março de 1989. Ficou atrás de Collor (PRN), Lula (PT), Brizola (PDT), Covas (PSDB), Maluf (PDS) e Guilherme Afif (PL). O desempenho do pefelista Aureliano Chaves foi, como informado na seção anterior, ainda pior. Não conseguiu nem 1% dos votos válidos. Ambos foram punidos pelos eleitores por conta da proximidade com o governo Sarney e, antes disso, pelos grupos antigovernistas que se formaram no PMDB e no PFL. No caso do PMDB, a dissidência contra Sarney e Ulysses resultou no PSDB. No PFL, não chegou a tanto, mas afastou Aureliano Chaves,

---

<sup>76</sup> FSP 24/05/1989.

de maneira incontornável, do grupo político de Maciel e Bornhausen. Erraram então politicamente Ulysses e Aureliano quando trabalharam dentro do PMDB e do PFL para evitar que seus respectivos partidos rompessem com Sarney? Do ponto de vista eleitoral, levando em conta o que ocorreu em 1989, certamente. Sob uma perspectiva política mais ampla, é difícil dizer. O que teria acontecido com o país se em 1987 ou 1988 PMDB e PFL tivessem abandonado o governo Sarney? Impossível saber. A revisão dos acontecimentos desse período, contudo, deixa a certeza que Ulysses e Aureliano não se deram o direito de especular acerca desse cenário. Caso tivessem aderido aos antigovernistas possivelmente teriam feito pender decisivamente o balanço das forças políticas pemedebistas e pefelistas para o lado do rompimento com Sarney. Talvez cálculos e interesses pessoais tenham influenciado a decisão de sustentarem o governo Sarney quase até o final. Porém, é evidente que ambos se sentiam responsáveis pelo governo e pela transição democrática, especialmente dadas as circunstâncias pelas quais a Presidência da República chegou a José Sarney.

Pagaram eleitoralmente um preço elevado por isso. Após o malogro de 1989, Aureliano Chaves deixou a política. Ulysses Guimarães não. Mas desceu alguns degraus na escala do poder, pois deixou de fazer parte do elenco de políticos para os quais a Presidência da República parecia uma meta viável.

PMDB e PFL foram também rebaixados nesse aspecto. Passaram a fazer parte do grupo de partidos qualificados anos depois pela literatura como “de adesão” ou “disponíveis” (Melo e Câmara 2012: 84) e pelo senso comum simplesmente como fisiológicos. O PMDB ainda tentou chegar ao topo da política nacional em 1994 com Orestes Quécia. Para o PFL, porém, Aureliano Chaves foi a derradeira candidatura presidencial do partido. Evidentemente, naquele momento, sob a perspectiva coetânea dos pefelistas tal destino não estava predeterminado. Contudo, a posteriori, sabendo-se da trajetória do partido, 1989 surge como a ocasião na qual se materializou um aspecto marcante do PFL: o não protagonismo do partido na esfera política nacional.

O fracasso dos grandes partidos e a eleição de Fernando Collor de Mello pareciam comprovar o diagnóstico pessimista predominante à época na ciência política (Lamounier 1992 e 1994, Ames 1995 e Mainwaring 1999) a respeito do sistema político vigente no país tendente. Sob essa linha analítica, a combinação entre o presidencialismo de estilo cesarista, o federalismo e o sistema de eleição proporcional

com lista aberta para a composição dos parlamentos federal, estaduais e municipais, representaria constante desafio à governabilidade política do país.

Novamente apelando à vantagem de poder enxergar o período com o beneplácito do conhecimento dos eventos futuros, é possível distinguir em meio à confusão política os elementos que posteriormente, uma vez superadas as turbulências do período Collor, ordenaram o sistema partidário político do país, quais sejam: as bases institucionais do presidencialismo de coalizão estabelecidas na Constituinte (Figueiredo e Limongi 1998 e Limongi 2008) e a polarização entre PSDB e PT (Cortes e Limongi 2010). Ou seja, o decaimento de PMDB e PFL propiciou a ascensão de tucanos e petistas ao comando da política nacional. Restou ao PMDB e ao PFL a opção pragmática de aderir subalternamente ao PSDB ou ao PT. A respeito do PFL, é interessante notar que a bem sucedida aliança com o PSDB conectou os grupos mais antisarneyistas do PMDB – os futuros tucanos – e do próprio PFL – a ala Maciel/Bornhausen. Eram minoritários no período 87-89. Tornaram-se majoritários de 1994 a 2002.

Mais especificamente quanto ao PFL, o período Sarney deixou algumas marcas profundas na formação, na constituição do partido. Cabe falar em constituição pois afinal, foram os primeiros cinco anos de existência do partido.

A primeira dessas marcas foi destacada na seção inicial deste capítulo. Trata-se da ocupação política do Estado, isto é, da alocação de políticos e seus apadrinhados em postos do aparelho burocrático espalhados pelos diversos escalões do governo federal. Ocupar, direta ou indiretamente, cargos na administração pública é, por certo, uma das atividades precípuas de partidos políticos. Não é particular ao PFL. Mas o caso pefelista tem uma especificidade. O partido nasceu atrelado ao governo federal. O grupo político formador do PFL já havia reservado alguns espaços para si quando ainda militava no PDS. E, ao aderir a Tancredo Neves e se coligar com o PMDB, sabia ter conquistado o direito de, em caso de vitória no Colégio Eleitoral, participar do novo governo, na proporção de suas forças políticas vis-à-vis às do PMDB. Esses dois aspectos balizaram a negociação dos pefelistas com Tancredo Neves. As lideranças do PFL tentaram preservar postos que já dominavam, esforço empreendido em especial pelos governadores nordestinos e, apesar de cientes de que lhes caberia uma fatia menor do que a destinada ao PMDB, lutaram para subtrair alguns postos dos pemedebistas. Não conseguiram realizar plenamente nenhum desses dois objetivos. Mas o PFL ficou com

parcelas não desprezíveis do governo federal, distribuídas por Tancredo Neves a cada um dos núcleos de poder mais relevantes do partido na ocasião: Aureliano Chaves, Marco Maciel, Olavo Setúbal (representando o capital financeiro) e Paulo Lustosa (representando os governadores do Nordeste). A esses se juntou em janeiro de 1986 o grupo de Antônio Carlos Magalhães, que, já ministro, trocou o PDS pelo PFL.

Desses cinco núcleos, três ficaram até praticamente o final do governo Sarney: Aureliano; o representativo dos governadores do Nordeste, ocupado no final do período por João Alves Filho, ex-governador de Sergipe, titular da pasta do Interior de 1987 a 1990; e o de Antônio Carlos Magalhães. Setúbal saiu no começo de 1986 para tentar se candidatar a governador de São Paulo, desejo frustrado pelas inclinações malufistas do PFL paulista. E Marco Maciel/Bornhausen romperam com Sarney em 1987. Por que Maciel e Bornhausen, os líderes dos chamados pefelistas “modernos”, saíram e os demais ficaram? Teria sido justamente por causa dessa modernidade, isto é, da maior adesão desse grupo a princípios programáticos de cunho liberal?

Divergências programáticas influíram. Eles tinham restrições ao Plano Cruzado e, mais ainda, à moratória da dívida externa decretada pelo governo em janeiro de 1987. Tais medidas efetivamente conflitavam com as convicções econômicas de Maciel/Bornhausen. A questão fundamental, porém, não parece ter sido de cunho programático. O fator mais importante, tudo indica, foi o progressivo encolhimento do espaço de poder destinado a esse núcleo. A própria inclinação do governo Sarney a medidas econômicas mais próximas da centro-esquerda pemedebista do que do liberalismo econômico reduziu a área de influência pefelista. Em 1986-87 Sarney ficou simbolicamente mais próximo a Maria da Conceição Tavares do que a Mario Henrique Simonsen, um dos conselheiros econômicos do partido<sup>77</sup>. Mas a fase dos pacotes econômicos intervencionistas gestados e gerenciados por ministros ligados ao PMDB deveria também ter arrefecido o ânimo governista de Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães. Por que isso não ocorreu?

Talvez porque o ex-vice-presidente da República e ACM receberam pastas ministeriais mais poderosas do que a da Educação, reservada à dupla Maciel/Bornhausen. O orçamento da Educação é vultoso, mas boa parte de seus recursos, desde aquela época, são comprometidos com pagamento de salários. Maciel

---

<sup>77</sup> Gutemberg (2002: 233-234).

migrou para a Casa Civil em 1986 (foi substituído por Bornhausen na Educação), certamente um cargo importante. Contudo, encontrou os espaços da Casa Civil tomados por Saulo Ramos e Jorge Murad.<sup>78</sup> Já Minas e Energia, ocupada por Aureliano Chaves, reunia as mega estatais Petrobras, Companhia Vale do Rio Doce, Eletrobras, Furnas, entre outras. Quanto a ACM, titular da pasta das Comunicações do começo ao fim do governo, além de também ter ascendência sobre estatais de grande porte – Telebras e Embratel – tinha a seu dispor excelente ferramenta para criar uma rede capilarizada de apoios políticos Brasil afora: a distribuição de concessões de rádio.<sup>79</sup> Se Maciel e Bornhausen tivessem ficado com Minas e Energia ou Comunicações, teriam mantido ao apoio a Sarney? Impossível responder, mas o custo do rompimento teria sido maior. Seriam obrigados a abrir mão de um estoque maior de poder.

Deixando de lado as especulações, importa reter deste tópico a informação de que Marco Maciel e Bornhausen, os primeiros presidente e vice-presidente do PFL, se tornaram minoritários no partido quando se afastaram do governo. Tentaram levar o PFL para a oposição em 1987, e fracassaram. Tentaram encurtar o mandato de Sarney para quatro anos e falharam novamente. A maioria do PFL preferiu continuar no campo governista, apesar da impopularidade do governo. Por fim, tentaram fazer de Maciel candidato a presidente e, mais uma vez não foram bem sucedidos.

Os anos Sarney também deixaram como legado ao PFL a disputa interna entre a ala carlista, já naquela época chamada de “governista” pela imprensa, e a comandada por Maciel e Bornhausen, apelidada de “moderna” pelo colunismo político de então. A ideia algo simplista de que o PFL era constituído por um grupo retrógrado, governista,

---

<sup>78</sup> CCB (24/08/1989).

<sup>79</sup> Uma história contada por Antônio Carlos Marins, ex-presidente da Telebras, mostra como ele dispunha de ampla liberdade para distribuir as concessões: “Marins ia diariamente ao Palácio, onde descobriu que Luís Viana Filho, senador e ex-governador baiano, obtinha do presidente amigo sucessivas concessões de rádios em seu estado. Subordinado do ministro das Comunicações, o também baiano ACM, Martins conhecia bem as intenções do chefe nessa área, por isso decidiu alertá-lo. De acordo com o relato de Martins à autora, travou-se então o seguinte diálogo:

- O senhor tem de tomar cuidado com Luís Viana porque ele está pegando rádios direto, daqui a pouco vai lhe faltar.

- (ACM) Deixa ele tirar.

- Mas não há risco de acabarem as concessões?

- Não, duplicam as minhas.

- Como assim?

- Toda vez que o Sarney consegue uma para ele, no pedido eu concedo duas para alguém meu, para mim, mas por meio de outras pessoas. Então eu quero que ele peça muito. Eu não preciso pedir, eu só mando dois por um sempre, então você pode fazer suas contas aí, quando ele estiver com 10 eu estarei com 20.” (Echeverria 2011: 375).

fisiológico e por outro ideológico, programático, alinhado a ideias mais contemporâneas de cunho liberal persistiu no tempo.

Além disso, a Constituinte serviu de arena para o polimento programático e ideológico do partido. Ofereceu, em primeiro lugar, oportunidade para que as posições do partido, representado por seus parlamentares, pudessem ser distribuídas por analistas no contínuo esquerda-direita (mais próximas ao polo da direita do que ao da esquerda, naturalmente).<sup>80</sup> Ademais, incitou dentro do partido o esforço para definir com mais acuidade o que afinal cabia na denominação “liberal” incorporada ao nome da legenda, tarefa desenvolvida posteriormente pela ala Maciel/Bornhausen no começo da década de 90, quando o Brasil embarcou na onda de ideias liberais, neoliberais ou pró-mercado, como queiram, que açambarcou o mundo ocidental à época. O ambiente ideológico do país, por assim dizer, sob Collor e Fernando Henrique Cardoso se aproximou da posição ocupada pelo PFL, o qual, é bom recordar, já havia se desvencilhado da liderança mais nacionalista e estatista do partido, Aureliano Chaves.

Em suma, tanto para o sistema político brasileiro quanto para o PFL, o governo foi um período de destruição e ao mesmo tempo de formação. A expectativa gerada quando da criação do partido em meio à euforia da transição democrática por certo se frustrou. O PFL sofreu com o choque de realidade propiciado pelos turbulentos cinco anos de Sarney. Sobreviveu e continuou apto a desempenhar papéis relevantes na política nacional nos anos vindouros. Nunca mais, contudo, conseguiu se apresentar à sociedade brasileira como um partido realmente apto a alcançar o poder federal com seus próprios pés.

---

<sup>80</sup> Ver Rodrigues (1986), Lamounier (1989a) e Kinzo (1990).

## Referências

- AMES, Barry (1995b). "Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation". *American Journal of Political Science* 39, no. 2, 406-33.
- BORGES, André. "Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, fev. 2010 .
- CORTEZ, Rafael e LIMONGI, Fernando (2010). "As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário", *Novos Estudos* 88, novembro 2010.
- DALTON, R. J. e WATTEMBERG, M (2000) (ed). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- DIAS, Murício, GOIS, Ancelmo, LEITÃO, Miriam, PONTES, Marcelo e XAVIER, Rui (1995). *Política é Paixão. Antônio Carlos Magalhães*. Rio de Janeiro, Editora Revan.
- ECHEVERRIA, Regina (2011). *Sarney. A biografia*. São Paulo, Leya.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando (1998). "Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão". *Lua Nova*, no. 44.
- FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo (2009). "Procurando o Centrão: Direita e Esquerda na Assembleia Nacional Constituinte 1987-88". Concurso ANPOCS-Fundação Ford: Melhores trabalhos sobre a Constituinte de 1988, *mimeo*.
- GOMES, Sandra (2006). "O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: um Estudo de Caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988)". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n<sup>o</sup> 1, pp 193 a 224.
- GUTEMBERG, Luiz (2002). *Quem é Jorge Bornhausen. Uma biografia*. Brasília. Edições Dédalo.
- KINZO, Maria D´Alva G. (1988). *Oposição e autoritarismo – gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1988.
- KINZO, Maria D´Alva G. (1990). "O quadro partidário e a Constituinte", in Lamounier, Bolívar (org.), *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*, IDESP-Ed. Sumaré Ltda, São Paulo.
- LAMOUNIER, Bolívar (1989a). *Partidos e Utopias. O Brasil no Limiar dos anos 90*. Edições Loyola, São Paulo.
- LAMOUNIER, Bolívar (1989b). "Authoritarian Brazil Revisited: The Impact of Elections on the Abertura", in Stepan, Alfred (1989). *Democratizing Brazil. Problems of Transition and Consolidation*. Oxford University Press, New York.

LAMOUNIER, Bolívar (1992). “Estrutura institucional e governabilidade na década de 90”. In Reis Velloso, João Paulo do. org, *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro, José Olympio.

LAMOUNIER, Bolívar (1994). “A democracia brasileira dos anos 80 aos 90: a síndrome da paralisia hiperativa”. In: Reis Velloso, João Paulo do. org. *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro, José Olympio.

LEÔNICIO, Martins Rodrigues (1986). *Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*. OESP-Maltese, São Paulo.

LEVITISKY, Steven and CAMERON, Maxwell A. (2003). “Democracy without Parties? Political Parties and Regime Change in Fujimori’s Peru”. *Latin American Politics and Society*, 45(3): 1-33.

LIMONGI, Fernando (2008). “O Poder Executivo na Constituição de 1988”, in Oliven, R. G.; Ridenti, M e Brandão, G. M., *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. Aderaldo & Rothschild Editores-ANPOCS, São Paulo.

MAINWARING, Scott e LIÑAN, Aníbal Perez (1998). “Disciplina Partidária: o Caso da Constituinte”. *Lua Nova*, no. 44, 98.

MAINWARING, Scott P. (1999), *Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil*. Editora FGV.

MCI (2004). *PFL: Imagem e Reposicionamento*. Mimeo.

MELO, Carlos Ranulfo e Câmara, Rafael (2012) “Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil”. *Dados*, vol. 55, n.1.

MUNHOZ, Sara Regina (2011). “A atuação do ‘Centrão’ na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988: dilemas e contradições”. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 1, 2011.

PIERANTI, Octavio Penna (2006). “Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula”. *Lua Nova*, São Paulo, 68, 91-121, 2006.

POWER, Timothy J. (2000). *The Political Right in Postauthoritarian Brazil – Elites, Institutions, and Democratization*. The Pennsylvania State University Press, University Park, Pennsylvania.

ROSE, Richard. (1984), "Electoral Systems: A Question of Degree or of Principle?", in A. Lijphart e B. Grofman (eds.), *Choosing and Electoral System: Issues and Alternatives*. New York, Praeger.

SCHMITTER, Philippe (2001). “Parties are not what they once were”, in Larry Diamond and Richard Gunther (eds). *Political Parties and Democracy*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

SHARE, Donald and MAINWARING, Scott (1986). “Transitions Through Transaction: Democratization in Brazil and Spain”. In Wayne Selcher, ed., *Political Liberalization in Brazil*, 175-215. Boulder: Westview Press.